



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2011-2012)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

**Presidente:** Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Maria Paula da Graça Cardoso](#)  
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)  
[Abel Lima Baptista](#)

## SUMÁRIO

A Sr.<sup>a</sup> Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da apresentação da interpelação n.º 2/XII (1.<sup>a</sup>), dos projectos de lei n.ºs 83 a 87/XII (1.<sup>a</sup>) e dos projectos de resolução n.ºs 102 a 104/XII (1.<sup>a</sup>).

Em declaração política, o Sr. Deputado [José Manuel Rodrigues](#) (CDS-PP) congratulou-se com o resultado obtido pelo seu partido nas eleições legislativas regionais na Região Autónoma da Madeira e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados [António Filipe](#) (PCP), [Guilherme Silva](#) (PSD) e [Isabel Sena Lino](#) (PS).

Em declaração política, o Sr. Deputado [Agostinho Lopes](#) (PCP) insurgiu-se contra os anunciados agravamentos fiscais previstos no orçamento do Estado do próximo ano e respondeu a pedidos de esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada [Catarina Martins](#) (BE).

Em declaração política, a Sr.<sup>a</sup> Deputada [Catarina Martins](#) (BE) contestou as medidas de austeridade anunciadas para o próximo orçamento do Estado e defendeu a renegociação das condições do pagamento da dívida do País, tendo, no final, respondido a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado [Honório Novo](#) (PCP).

Em declaração política, o Sr. Deputado [Luís Montenegro](#) (PSD) salientou a vitória obtida pelo seu partido nas eleições realizadas na Região Autónoma da Madeira e enalteceu a forma como o Governo da República e o Primeiro-Ministro actuaram face ao conhecimento da situação financeira daquela Região. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados [Carlos Zorrinho](#) (PS), António Filipe (PCP) e [Nuno Magalhães](#) (CDS-PP).

Em declaração política, o Sr. Deputado [Miguel Freitas](#) (PS) pediu que o Executivo desbloqueie a verba de PIDDAC que falta para apoiar o PRODER este ano, sublinhou o impacto que o aumento do IVA nos alimentos tem do ponto de vista económico-social e manifestou disponibilidade do PS para participar no esforço nacional para se conseguirem soluções para a agricultura portuguesa. Depois, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados [Pedro do Ó Ramos](#) (PSD), Abel Baptista (CDS-PP), [Luís Fazenda](#) (BE) e Agostinho Lopes (PCP).

Foi discutida, na generalidade, a proposta de lei n.º [15/XII \(1.ª\)](#) — Procede à quarta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente

dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, modificando os procedimentos de recrutamento, selecção e provimento nos cargos de direcção superior da Administração Pública. Usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado da Administração Pública (Hélder Rosalino), os Srs. Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Pedro Roque](#) (PSD), [Mariana Aiveca](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes), [Jorge Machado](#) (PCP), [Isabel Santos](#) (PS) e [Maria das Mercês Soares](#) (PSD).

Foi também discutida, na generalidade, a proposta de lei n.º [23/XII \(1.ª\)](#) — Regula os requisitos de tratamento de dados pessoais para constituição de ficheiros de âmbito nacional, contendo dados de saúde, com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde. Intervieram, além do Sr. Secretário de Estado da Saúde (Manuel Ferreira Teixeira), os Srs. Deputados [João Semedo](#) (BE), [Maria de Belém Roseira](#) (PS), [Bernardino Soares](#) (PCP), [Teresa Caeiro](#) (CDS-PP) e [Luís Vales](#) (PSD).

O Sr. Presidente (António Filipe) encerrou a sessão eram 18 horas e 15 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 7 minutos.*

*Deputados presentes à sessão:*

Partido Social Democrata (PSD)

Adriano Rafael de Sousa Moreira  
Adão José Fonseca Silva  
Afonso Gonçalves da Silva Oliveira  
Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria  
Ana Sofia Fernandes Bettencourt  
Andreia Carina Machado da Silva Neto  
António Carlos Sousa Gomes da Silva Peixoto  
António Costa Rodrigues  
António Egrejas Leitão Amaro  
António Fernando Couto dos Santos  
António Manuel Pimenta Prôa  
António Pedro Roque da Visitação Oliveira  
Arménio dos Santos  
Bruno Jorge Viegas Vitorino  
Bruno Manuel Pereira Coimbra  
Carina João Reis Oliveira  
Carla Maria de Pinho Rodrigues  
Carlos António Páscoa Gonçalves  
Carlos Eduardo Almeida de Abreu Amorim  
Carlos Henrique da Costa Neves  
Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes  
Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva  
Cláudia Sofia Gomes Monteiro de Aguiar  
Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte  
Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro  
Cristóvão da Conceição Ventura Crespo  
Duarte Filipe Batista de Matos Marques  
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira  
Elsa Maria Simas Cordeiro  
Emídio Guerreiro  
Emília de Fátima Moreira dos Santos  
Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales  
Fernando Mimoso Negrão  
Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis  
Fernando Ribeiro Marques  
Fernando Virgílio Cabral da Cruz Macedo  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
Hugo Alexandre Lopes Soares  
Hugo José Teixeira Velosa  
Hélder António Guerra de Sousa Silva  
Joana Catarina Barata Reis Lopes  
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
Jorge Paulo da Silva Oliveira  
José Manuel Marques de Matos Rosa

---

José Manuel de Albuquerque Portocarrero Canavarro  
José Manuel de Matos Correia  
José Mendes Bota  
João Carlos Figueiredo Antunes  
João Manuel Lobo de Araújo  
Laura Maria Santos de Sousa Esperança  
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves  
Luís Filipe Valenzuela Tavares Menezes Lopes  
Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
Lídia Maria Bulcão Rosa da Silveira Dutra  
Manuel Augusto Meirinho Martins  
Manuel Filipe Correia de Jesus  
Margarida Rosa Silva de Almeida  
Maria Clara Gonçalves Marques Mendes  
Maria Ester Vargas de Almeida e Silva  
Maria Francisca Fernandes Almeida  
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha  
Maria José Quintela Ferreira Castelo Branco  
Maria José Vieira Teodoro Moreno  
Maria João Machado de Ávila  
Maria Manuela Pereira Tender  
Maria Paula da Graça Cardoso  
Maria da Assunção Andrade Esteves  
Maria da Conceição Alves dos Santos Bessa Ruão Pinto  
Maria da Conceição Feliciano Antunes Bretts Jardim Pereira  
Maria da Conceição Vaz Barroso Carloto Caldeira  
Maria da Graça Gonçalves da Mota  
Maria das Mercês Gomes Borges da Silva Soares  
Maurício Teixeira Marques  
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho  
Mário José Magalhães Ferreira  
Mário Nelson da Silva Vaz Simões  
Mónica Sofia do Amaral Pinto Ferro  
Nilza Marília Mouzinho de Sena  
Nuno Filipe Miragaia Matias  
Nuno Miguel Pestana Chaves e Castro da Encarnação  
Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra  
Odete Maria Loureiro da Silva  
Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto  
Paulo César Lima Cavaleiro  
Paulo César Rios de Oliveira  
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos  
Paulo Jorge Simões Ribeiro  
Paulo Miguel da Silva Santos  
Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão  
Pedro Augusto Cunha Pinto  
Pedro Augusto Lynce de Faria  
Pedro Filipe dos Santos Alves  
Pedro Manuel Tavares Lopes de Andrade Saraiva  
Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos  
Ricardo Augustus Guerreiro Baptista Leite

Rosa Maria Pereira Araújo Arezes  
Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo  
Teresa de Andrade Leal Coelho  
Teresa de Jesus Costa Santos  
Ulisses Manuel Brandão Pereira  
Valter António Gaspar de Bernardino Ribeiro  
Vasco Manuel Henriques Cunha  
Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra

Partido Socialista (PS)

Acácio Santos da Fonseca Pinto  
Alberto Bernardes Costa  
Alberto de Sousa Martins  
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
Ana Maria Teodoro Jorge  
Ana Paula Mendes Vitorino  
António Fernandes da Silva Braga  
António José Martins Seguro  
António Manuel Soares Serrano  
António Ramos Preto  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão  
Carlos Manuel Pimentel Enes  
Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita  
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues  
Elza Maria Henriques Deus Pais  
Eurídice Maria de Sousa Pereira  
Fernando Manuel de Jesus  
Fernando Medina Maciel Almeida Correia  
Fernando Pereira Serrasqueiro  
Francisco José Pereira de Assis Miranda  
Glória Maria da Silva Araújo  
Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz  
Inês de Saint-Maurice de Esteves de Medeiros Vitorino de Almeida  
Isabel de Lima Mayer Alves Moreira  
Jorge Lacão Costa  
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
José António Fonseca Vieira da Silva  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
José Carlos das Dores Zorrinho  
José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro  
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
João Paulo Feteira Pedrosa  
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal  
João Saldanha de Azevedo Galamba  
Júlio Francisco Miranda Calha  
Laurentino José Monteiro Castro Dias  
Luís António Pita Ameixa  
Luís Miguel Morgado Laranjeiro  
Luísa Maria Neves Salgueiro

Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro  
Manuel José de Faria Seabra Monteiro  
Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira  
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos  
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos  
Maria Gabriela da Silveira Ferreira Canavilhas  
Maria Helena dos Santos André  
Maria Hortense Nunes Martins  
Maria Isabel Coelho Santos  
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino  
Maria Isabel Solnado Porto Oneto  
Maria Odete da Conceição João  
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
Miguel João Pisoeiro de Freitas  
Mário Manuel Teixeira Guedes Ruivo  
Nuno André Neves Figueiredo  
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
Paulo Jorge Oliveira de Ribeiro Campos  
Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves  
Pedro Manuel Dias de Jesus Marques  
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto  
Pedro Nuno de Oliveira Santos  
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos  
Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo  
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
Vitalino José Ferreira Prova Canas

Partido Popular (CDS-PP)

Abel Lima Baptista  
Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes  
Altino Bernardo Lemos Bessa  
Artur José Gomes Rêgo  
Inês Dória Nóbrega Teotónio Pereira Bourbon Ribeiro  
Isabel Maria Mousinho de Almeida Galriça Neto  
José Helder do Amaral  
José Lino Fonseca Ramos  
José Manuel de Sousa Rodrigues  
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
João Manuel de Serpa Oliva  
João Paulo Barros Viegas  
João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira  
João Rodrigo Pinho de Almeida  
Manuel Fialho Isaac  
Maria Margarida Avelar Santos Nunes Marques Neto  
Michael Lothar Mendes Seufert  
Nuno Miguel Miranda de Magalhães  
Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida

Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia  
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro  
Teresa Maria de Moura Anjinho Tomás Ruivo  
Vera Lúcia Alves Rodrigues

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
António Filipe Gaião Rodrigues  
Artur Jorge da Silva Machado  
Bernardino José Torrão Soares  
Bruno Ramos Dias  
Francisco José de Almeida Lopes  
Jerónimo Carvalho de Sousa  
José Honório Faria Gonçalves Novo  
João Augusto Espadeiro Ramos  
João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira  
Miguel Tiago Crispim Rosado  
Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa  
Paulo Miguel de Barros Pacheco Seara de Sá  
Rita Rato Araújo Fonseca

Bloco de Esquerda (BE)

Ana Isabel Drago Lobato  
Catarina Soares Martins  
Francisco Anacleto Louçã  
João Pedro Furtado da Cunha Semedo  
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda  
Maria Cecília Vicente Duarte Honório  
Mariana Rosa Aiveca  
Pedro Filipe Gomes Soares

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
José Luís Teixeira Ferreira

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, a Sr.<sup>a</sup> Secretária vai dar conta do expediente.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Paula Cardoso): — Sr.<sup>a</sup> Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: interpelação n.º 2/XII (1.<sup>a</sup>) — Sobre desemprego, precariedade e alterações às leis do trabalho (BE); projectos de lei n.ºs 83/XII (1.<sup>a</sup>) — Concurso de ingresso e mobilidade de professores (PCP), 84/XII (1.<sup>a</sup>) — Cria o regime de vinculação dos professores contratados e estabelece o concurso de ingresso de professores para necessidades permanentes do sistema educativo (BE), 85/XII (1.<sup>a</sup>) — Primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos) (PCP), 86/XII (1.<sup>a</sup>) — Altera o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude (PCP) e 87/XII (1.<sup>a</sup>) — Define o regime jurídico da psicologia em contexto escolar, bem como o regime de contratação e colocação de psicólogos com formação na área da psicologia educacional e profissionais das ciências da educação nos estabelecimentos públicos de ensino (PCP); e projectos de resolução n.ºs 102/XII (1.<sup>a</sup>) — Recomenda ao Governo o aprofundamento do regime legal que regula a actividade prestamista, a intensificação e alargamento dos actos fiscalizadores e a disponibilização de informação no âmbito da defesa do consumidor (PS), que baixa à 6.<sup>a</sup>

Comissão, 103/XII (1.<sup>a</sup>) — Recomenda ao Governo a remoção dos resíduos perigosos depositados em São Pedro da Cova, Gondomar, e a monitorização ambiental do local do aterro, com vista à informação das populações e protecção da saúde pública (PS), que baixa à 11.<sup>a</sup> Comissão, e 104/XII (1.<sup>a</sup>) — Realização de uma auditoria para apuramento das irregularidades verificadas no concurso de colocação de professores pela Bolsa de Recrutamento n.º 2 (PCP), que baixa à 8.<sup>a</sup> Comissão.

Em termos de expediente, é tudo, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, do primeiro ponto da ordem do dia constam declarações políticas.

Assim sendo, para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Rodrigues.

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: As eleições do passado domingo, na Madeira, devem merecer uma reflexão mais profunda para além da mera análise dos resultados.

A sociedade pós-partidária que o CDS anunciou há um ano estar para chegar a Portugal encontra nos resultados da Madeira alguma tradução quer nos seus resultados quer nas suas consequências.

O sistema partidário que conhecemos desde o início da era democrática no País e nas regiões autónomas, assente em dois grandes partidos instalados pelo comodismo e imobilizados pelos interesses, poderá estar a chegar ao fim.

Os cidadãos, as comunidades, a sociedade não aceitam mais a política do facto consumado e a decisão unilateral dos aparelhos partidários sobre decisões que afectam as suas vidas e o futuro dos países e das regiões.

A passagem do CDS a segunda força política na Madeira, ultrapassando o Partido Socialista e somando mais votos do que todas as esquerdas juntas, é uma mudança assinalável que só pode ser explicada como o resultado de uma nova forma de fazer política de um partido que, compreendendo os novos tempos, soube abrir as portas do seu ideário, do seu programa e das suas listas aos cidadãos sem filiação partidária, às novas gerações e à sociedade civil.

*Aplausos do CDS-PP.*

O CDS é hoje um partido incontornável na política portuguesa: Governo na República, líder da oposição na Madeira e alternativa nos Açores.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Quadruplicar o número de votos e de Deputados nas eleições de domingo é, com certeza, motivo de regozijo para o CDS, mas mais importante é registar que esse foi o resultado de um trabalho longo e esforçado de diálogos, de consultas e interactividades com a comunidade e os seus melhores quadros, que estavam cansados de serem meros espectadores da realidade política quase imutável e de um sistema político em acelerada decadência, porque assente numa maioria absoluta que muitas vezes se confundiu com poder absoluto.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Essa maioria continua, é verdade, se bem que seriamente penalizada eleitoralmente, mas o poder absoluto, esse, terminou no dia das eleições.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Nada ficará igual na Madeira depois de domingo. Tal como aconteceu a 5 de Junho com os portugueses do Continente, que castigaram o governo gastador e despesista do PS, também a maioria dos eleitores que foram votar a 9 de Outubro disseram «não» a um governo do PSD que endividou a Madeira e a conduziu à pré-falência!



*Aplausos do CDS-PP.*

E o melhor castigo que, porventura, deram ao PSD foi precisamente um mandato para gerir a sua própria herança.

Na Madeira, como no País, os cidadãos não aceitam que os seus impostos sejam mal geridos e condenam quem hipotecou a soberania de Portugal e a autonomia da Região. Mas, também na Madeira como no País, os cidadãos não aceitam serem confundidos com as levandades financeiras de quem os desgovernou.

Importa hoje, neste Parlamento, alertar para o divórcio, com laivos de separatismo, que está criado entre os portugueses do Continente e os portugueses da Madeira devido às irresponsabilidades políticas e financeiras dos governos do Continente e da Região nos últimos anos. É que pode estar em causa a própria unidade nacional, e essa ameaça é precisamente o que deve ser evitado neste momento difícil da vida da República e da vida da região.

Os tempos, pelas suas dificuldades e necessidades, só podem ser de solidariedade entre todos os portugueses, independentemente de onde vivem, de como votam e de quem os governa.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Neste quadro, deve ser feito um esforço por todos os agentes políticos, a começar nos órgãos de soberania e nos órgãos de governo próprio das regiões autónomas, para ultrapassar os conflitos, as clivagens, as crispações, por forma a que sejam restaurados diálogos e retomadas negociações que permitam consensualizar as melhores decisões para ultrapassar o problema da dívida da Madeira.

*Aplausos do CDS-PP.*

Se é verdade que o Estado não pode esquecer e deve prevenir o descontrolo das contas públicas regionais e os endividamentos excessivos, é igualmente certo que o Estado não deve ignorar que os custos da insularidade e da ultraperiferia continuam a existir e que é seu dever constitucional e patriótico manter a solidariedade para com os portugueses da Madeira.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Portugal, Nação com quase nove séculos, soube sempre, ao longo da sua História, superar os momentos difíceis e ultrapassar os divisionismos que pontuaram a nossa existência. Tenho a certeza que saberá de novo vencer esse desafio.

A Madeira, Região com quase seis séculos, também já deu provas da sua capacidade de resistência às dificuldades e de saber comandar os seus destinos, afirmando Portugal no Atlântico. O mal não está na autonomia, o mal está em quem não soube governá-la. Tenho a certeza de que os madeirenses não falharão e que o povo madeirense saberá resgatar a autonomia perdida no quadro da Nação portuguesa.

Apesar das dificuldades, acredito que a Madeira estará à altura das suas responsabilidades.

Apesar das dificuldades, acredito que o Estado saberá honrar as suas solidariedades.

*Aplausos do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Inscreveram-se três Srs. Deputados para pedirem esclarecimentos ao Sr. Deputado José Manuel Rodrigues. Agradeço que me informe como pretende responder.

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Um a um, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Assim será, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — É para dar os parabéns!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado José Manuel Rodrigues, pareceu-me ouvir uma voz vinda da bancada do CDS — se não estou em erro, do Sr. Deputado Telmo Correia — dizendo que a minha intervenção era para dar os parabéns.

Quero dizer que, no passado domingo, o CDS teve um resultado eleitoral na Região Autónoma da Madeira em relação ao qual, objectivamente, está de parabéns,...

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... porque aumentou significativamente a sua votação e o seu número de Deputados, tendo funcionado como depositário de um enorme conjunto de votos que o PSD perdeu.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Portanto, podemos dizer que, num sistema de vasos comunicantes entre os dois partidos da coligação continental, muitos votos do PSD (milhares) na Madeira se transferiram para o CDS. Isso é um facto.

Contudo, a questão que queria colocar ao Sr. Deputado José Manuel Rodrigues é a seguinte: daqui para a frente, nos tempos que se aproximam, em que se anunciam pesados sacrifícios sobre o povo da Madeira — que vão ser impostos, evidentemente, pelo Governo —, qual vai ser a posição assumida neste Parlamento pelo Sr. Deputado José Manuel Rodrigues?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora, que boa pergunta!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Sr. Deputado José Manuel Rodrigues é Deputado na Assembleia da República e é Vice-Presidente do CDS a nível nacional. Portanto, quando forem impostos sacrifícios injustos ao povo da Madeira, gostaríamos de saber qual vai ser a posição que o Sr. Deputado vai assumir, não na Região Autónoma da Madeira, mas na Assembleia da República, onde exerce o mandato de Deputado!

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Gostaria de saber se o Sr. Deputado, na Assembleia da República, tomará a mesma posição que irá tomar na Região Autónoma da Madeira ou se vai fazer como fez na semana passada. É que, na passada quinta-feira, discutimos aqui uma proposta de lei vinda da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, que o Sr. Deputado José Manuel Rodrigues aqui defendeu, dando a entender a toda a Câmara que o CDS a votaria favoravelmente. Mas, na sexta-feira, quando a proposta de lei foi votada — já o Sr. Deputado estava a fazer campanha na Madeira —, o Grupo Parlamentar do CDS votou contra essa proposta de lei!

**Vozes do PCP:** — Exactamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Ou seja, aqui o Sr. Deputado teve uma atitude completamente diferente da do seu grupo parlamentar!

O que queria saber é se o Sr. Deputado vai continuar a fingir que não faz parte do Grupo Parlamentar do CDS na Assembleia da República!

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Rodrigues.

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado António Filipe, começo pelo que referiu acerca da proposta de lei oriunda da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

Como sabe, na quinta-feira, intervim sobre essa proposta...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Defendeu-a!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — ... e disse que, nas actuais circunstâncias, não era razoável a sua aprovação, porque o País não dispunha de meios financeiros para isso.

**Vozes do CDS-PP:** — Exactamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Ninguém ouviu isso!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Sr. Deputado, a proposta oriunda da Assembleia Legislativa da Madeira era do PCP e previa que os madeirenses pagassem por uma viagem de ida e volta ao Continente cerca de 40 €.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Defendeu-a aqui!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Sr. Deputado do PCP, acha que o País tem condições para ter mais esta despesa?

Até posso considerar — e considero — que o princípio subjacente à proposta está correcto. Contudo, Sr. Deputado, o País, na situação difícil em que está do ponto de vista financeiro, não tem condições para poder satisfazer a proposta que aqui foi rejeitada.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Sr. Deputado, quanto às minhas responsabilidades na Assembleia da República, naturalmente que assumirei as consequências daquilo que for feito pelo meu partido enquanto principal força da oposição ao PSD na Madeira, bem como o meu papel aqui, a nível nacional. E por uma simples razão: são duas realidades políticas distintas.

Aqui, há uma coligação PSD/CDS, fruto da vontade do povo português, manifestada a 5 de Junho, que porá o País na ordem.

*Protestos do Deputado do PCP Agostinho Lopes.*

Na Madeira, a situação é completamente diferente: temos o mesmo partido há 35 anos no poder e o CDS, na Madeira, é oposição e alternativa ao PSD.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Já percebemos!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDP-PP): — Mas quero dizer-lhe, Sr. Deputado António Filipe, que talvez melhor do que tentar encontrar respostas para o crescimento do CDS seria tentar encontrar respostas para a descida do PCP, que perdeu um Deputado.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não se preocupe com isso!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDP-PP): — Tenho uma resposta para isso, Sr. Deputado António Filipe: é que o povo madeirense não aceita mais demagogias, como a dos Deputados comunistas na Madeira, que defenderam que não deveria haver plano de resgate para a Região e que toda a dívida contraída pelo Governo Regional do PSD deveria ser paga pela República. Isso é demagogia!

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ai, é?! Que bem que fala esta semana, Sr. Deputado!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva para formular o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado José Manuel Rodrigues, independentemente do resultado do seu partido nas últimas eleições na Região Autónoma da Madeira,...

**Vozes do CDS-PP**: — Está de parabéns!

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — ... V. Ex.<sup>a</sup> fez da tribuna uma proclamação que mais parecia indicar que o CDS tinha sido, realmente, o partido que ganhara as eleições na Madeira. Mas não foi, não foi o CDS! Quem ganhou as eleições na Madeira foi o PSD!

*Aplausos do PSD.*

Esperava, até, uma saudação da parte de V. Ex.<sup>a</sup> em relação a essa vitória. Fico, pois, à espera que V. Ex.<sup>a</sup> se retrate nesse domínio.

E esperava que V. Ex.<sup>a</sup> tivesse tido uma palavra de condenação de toda uma campanha feroz que foi desencadeada contra a Madeira no período de campanha eleitoral. Tratou-se de uma campanha que tentou voltar portugueses contra portugueses, tentou voltar a opinião pública nacional contra a Região Autónoma da Madeira, o que não ajuda a que a unidade nacional, que tanto prezamos, seja preservada, reforçada e consolidada.

A este propósito, porque as coisas estão ligadas umas às outras, queria perguntar-lhe qual será a sua posição, e porventura a posição do CDS, se, como está anunciado, cancelarem e retirarem transferências substanciais para a Região Autónoma da Madeira.

*Risos de Deputados do PS, do PCP e do BE.*

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — E a sua, qual é?

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Num quadro difícil, como aquele que conhecemos, num quadro constitucional de exigência de solidariedade recíproca, quero saber, com toda a clareza, qual é a sua posição, como representante do maior partido da oposição na Madeira, sobre a eventualidade — que, penso, não passará de especulação jornalística — ...

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Ah!...

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — ... de uma tomada de posição desse tipo, em sede de Orçamento.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Rodrigues.

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDP-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Guilherme Silva, devo dizer-lhe que fui o único líder político na Região que, na própria noite das eleições, cumprimentou o PSD pela vitória que alcançou.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDP-PP): — Não deixo, no entanto, de registar que este foi o pior resultado de sempre do PSD, bem como do Partido Socialista, em eleições na Madeira. Mas foi o melhor resultado de sempre do CDS em eleições na Madeira.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Foi o melhor, mas perdeu!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDP-PP): — Quanto à questão que suscita, Sr. Deputado Guilherme Silva, eu próprio disse, na minha intervenção (julgo que o Sr. Deputado estaria atento) e alertei este Parlamento para a necessidade de sanar o divórcio existente, neste momento, com laivos de separatismo, que está criado entre os portugueses do Continente e os portugueses da Madeira.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDP-PP): — Este divisionismo entre portugueses da Madeira e portugueses do Continente não é positivo para que se superem as dificuldades financeiras quer da Região quer da República e, sobretudo, para que se encontre um plano de ajustamento financeiro exequível e justo para a Região Autónoma da Madeira. Desse ponto de vista, julgo que a sua intervenção não ajudou nada, Sr. Deputado Guilherme Silva,...

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Porquê?!

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDP-PP): — ... porque veio introduzir aqui mais factores de crispação. É que, Sr. Deputado, embora eu não conheça o Orçamento do Estado — julgo que o Sr. Deputado também o não conhecerá —, há notícias avulsas sobre a matéria. Mas digo o mesmo que eu já disse à comunicação social há três dias: pela minha parte, entendo que o Estado não pode tocar nas verbas para a reconstrução da Madeira.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E o que é que o CDS acha?

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDP-PP): — Porque há infra-estruturas públicas, danificadas pelos temporais de 20 de Fevereiro de 2010, que continuam por ser recuperadas; há empresas que estão fechadas e que ainda não receberam apoios para a sua recuperação e há ainda famílias desalojadas. Isto também, Sr. Deputado, porque o Governo Regional do PSD está atrasado em matéria de reconstrução da Madeira, apesar de lhe reconhecer algum esforço feito nesse sentido.

Quanto às transferências financeiras, Sr. Deputado, obviamente que elas devem ser objecto de negociação entre o novo governo regional da Madeira e o Governo central da República. E isso até pode ser incluído no programa de reajustamento financeiro que vier a ser negociado. Na certeza, porém, de que, como disse na minha intervenção, o Estado não pode ignorar que a insularidade mantém-se, que a ultra periferia mantém-se e que, portanto, a solidariedade do Estado também deve manter-se para com os portugueses da ilha da Madeira.

*Aplausos do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para formular o seu pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Sena Lino.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Sena Lino** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado José Manuel Rodrigues, em primeiro lugar, democraticamente, queria saudá-lo pela excelente votação e pelos resultados que obteve, pese embora, na leitura total das votações, tenha beneficiado do descontentamento que muitos votantes do PSD teriam relativamente ao Dr. Alberto João Jardim

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Protestos do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Sena Lino** (PS): — De qualquer modo, reitero os meus parabéns.

Há outra situação que me parece difícil e que eu gostava de esclarecer: é que o Sr. Deputado é Governo no Continente e oposição na Madeira. Será que vai pôr em causa a coligação?

Por outro lado, gostava de lhe perguntar também se se identifica com o discurso do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças. É que se fala no corte das transferências para a Madeira, e eu pergunto-lhe: o Sr. Deputado concorda com este corte das transferências? Considera que, na actual conjuntura, o Presidente do governo regional, fragilizado como está, é a pessoa indicada para fazer a ponte entre a Região e o Continente?

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

Por último, gostaria de saber se, em relação ao Orçamento do Estado, o Sr. Deputado irá votar a favor, ou não, das medidas que forem votadas para a Madeira.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Rodrigues.

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDP-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Sena Lino, fui eleito pelo povo da Madeira e também sou Deputado da Nação, pelo que procurarei conjugar a vontade do povo da Madeira e os seus interesses com a minha função de Deputado da República. É por isso que não posso pôr, obviamente, em causa — e esta é a primeira resposta à sua pergunta — a coligação que governa Portugal depois da desgraça a que os senhores conduziram o País.

*Aplausos do CDS-PP.*

A sua segunda questão, Sr.<sup>a</sup> Deputada, foi no sentido de saber se me identifico com o discurso do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças a propósito da Madeira. Julgo que sim, Sr.<sup>a</sup> Deputada. O que o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças vieram dizer foi que tinham sido cometidas graves irregularidades a nível das contas públicas da Madeira, designadamente a nível de ocultação da dívida. Julgo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada concordará com o Sr. Primeiro-Ministro e com o Sr. Ministro das Finanças, porque são factos que o Partido Socialista se fartou de realçar em campanha eleitoral — não com muitos resultados, é verdade, mas fizeram parte do seu discurso político.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem falado muito em não fazer chegar a dupla austeridade aos madeirenses. Quero recordar à Deputada Isabel Sena Lino que a única ou dupla austeridade até agora conhecida sobre os habitantes da Madeira e dos Açores foi negociada pelo anterior governo do Partido Socialista com a chamada tróica, ao aumentar em 10% os impostos directos e indirectos.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

*Protestos do PS.*

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDP-PP): — Nessa matéria, Sr.<sup>a</sup> Deputada, estamos esclarecidos. Há, realmente, uma dupla austeridade anunciada a ser aplicada sobre madeirenses e açorianos. Ela foi negociada pelo ex-Primeiro-Ministro José Sócrates e pelo governo do Partido Socialista com a Comissão Europeia, com Banco Central Europeu e com o Fundo Monetário Internacional.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Governo aprovará hoje o Orçamento do Estado para 2012. Entre as más notícias — contenções e reduções de salários, pensões e reformas, encarecimento dos custos do acesso à saúde, agravamento do IRS, etc., etc. —, continuam presentes possíveis alterações da taxa do IVA e também do imposto especial sobre o consumo (IEC). É sobre estes possíveis agravamentos fiscais que, hoje, gostaria de tocar o sino a rebate, ainda em sinal de alerta, de alarme vermelho. Trata-se de um alerta e de prevenção para esta Assembleia da República que, proximamente, irá debater o Orçamento do Estado e que terá toda a capacidade e soberania para alterar o que julgar errado.

São conhecidas as preocupações e as denúncias que várias estruturas associativas e empresariais vêm fazendo contra os riscos económicos e sociais da concretização do aumento das taxas do IVA previsto no «pacto de agressão» da tróica. São estruturas representativas de dezenas de milhar de micro, pequenas e médias empresas, de sectores de bens transaccionáveis, destacando-se os sectores agro-alimentar (agricultura e indústria), o turismo e a restauração, bem como o comércio de retalho. Prevêem-se alterações que poderão atingir importantes fileiras produtivas, como as do leite e do vinho e, relativamente a este último, sinaliza-se também a notícia da possível abrangência pelo IEC, o que, além de nova penalização fiscal de um produto estratégico da agricultura nacional, arrastaria dificuldades burocráticas, porventura inultrapassáveis para a sua comercialização pelos pequenos e médios produtores. O IEC, como tudo indica, vai ser igualmente responsável por novo agravamento, em dois pontos percentuais, da factura da energia eléctrica, já vítima antecipada, com o gás natural, da subida da taxa do IVA para 23%!

Srs. Deputados, a concretização de tais perspectivas orçamentais terá efeitos directos e indirectos — que algumas daquelas estruturas associativas avaliaram, quantitativa e qualitativamente, por meio de estudos técnicos independentes — e são devastadores. A concretizarem-se, estaremos perante um verdadeiro *tsunami* fiscal.

Teremos uma nova e brutal punção sobre o poder de compra dos portugueses, especialmente os de maior debilidade económica, com consequências directas sobre um sector, o do comércio retalhista tradicional, que não precisa, sequer, deste golpe para acabar de desfalecer!

Ocorrerá a inviabilização económica e financeira de milhares de empresas, incapazes de fazer repercutir a subida do IVA na factura dos consumidores e sem margens para a absorver, a grande parte já — passe o pleonismo — a sobreviver no limiar da sobrevivência.

Dar-se-á mais um profundo golpe na competitividade de empresas e sectores, já a braços com *handicaps* negativos, no caso de maiores taxas do IVA e preços de energia, face aos seus principais concorrentes, principalmente face às empresas e sectores de espanhóis.

Agravar-se-á a já imensa injustiça fiscal pelo crescimento da desproporção entre impostos directos e indirectos na fiscalidade portuguesa.

O resultado é fácil de adivinhar e ninguém tem dúvidas sobre esse desfecho: falências e dificuldades para milhares de pequenas empresas, mais desemprego e agravamento do défice da balança comercial — pelo favorecimento das importações e pelas dificuldades criadas às exportações.

O Governo e os partidos que o suportam nesta Assembleia não podem vir com o argumento — desculpa habitual nos dias que correm e «pau para toda a obra» — do buraco ou dos buracos herdados da governação PS/Sócrates e também PSD/Jardim pela seguinte ordem de razões.

Primeiro, porque há muito conhecem o buraco, ou buracão, até por experiência própria! Ou andaram enganados estes seis anos por Sócrates e os seus ministros?

Segundo, porque o PSD e o CDS-PP andaram seis anos a dizer que o aumento de impostos não era a solução. Votaram contra várias propostas do PS nesse sentido, negociaram o não aumento de algumas taxas do IVA, que agora são referidas — o caso do vinho —, e o líder do PSD e actual Primeiro-Ministro, quando acabou de dar o dito por não dito na matéria dos PEC, até veio pedir desculpa aos portugueses.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Bem lembrado!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — De aumento de impostos não falaram na campanha eleitoral.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Terceiro, porque este é um filme, triste filme diga-se, bem conhecido em várias *reprises*, sempre fazendo o contrário do que dizem na oposição: contra o aumento de impostos. Por causa do buraco do PS/Guterres, PSD/CDS (Durão e Portas) aumentaram o IVA e deixaram um buraco por causa do qual o PS/Sócrates aumentou o IVA, que deixou um buraco que agora, provavelmente, dará direito a um novo aumento do IVA — e etc.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Um escândalo!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Quarto, porque estas são medidas que, a serem concretizadas, vão alargar e não reduzir o buraco. O Governo sabe e todos os partidos sabem que as consequências são inevitáveis: mais economia paralela, mais fuga fiscal, mais desemprego, menos receita fiscal, mais despesa da segurança social, maior défice comercial e dívida externa, menos actividade económica, menos receita fiscal.

No início, no meio e no fim um buraco maior!

Não há uma só razão económico-financeira para fazer subir as taxas do IVA e também para alterar os IEC (impostos especiais sobre o consumo). Se é para trocar receitas do IVA por despesas da TSU (taxa social única) conclua, se ainda não concluíram, que a asneira é dupla. A única razão, completamente inaceitável, é a de que é uma imposição da tróica.

O PCP vai continuar a travar a batalha de denúncia, de protesto, de propostas contra estas possíveis decisões do Governo PSD/CDS, inclusive no próximo debate do Orçamento do Estado. Mas se estas ou algumas destas medidas avançarem e os Deputados do PSD e do CDS não as rechaçarem, então fazia-lhes um pedido: por razões de pudor político e de decência parlamentar, não falem mais, na Assembleia da República, em micro, pequenas e médias empresas, na competitividade da economia nacional e no apoio à produção nacional, nomeadamente agro-alimentar.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Catarina Martins.

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Agostinho Lopes, cumprimento-o pelo tema da declaração política que aqui trouxe e passo a colocar-lhe duas perguntas muito simples.

Em primeiro lugar, pergunto se considera que o aumento do IVA que agora se anuncia para o sector da hotelaria e da restauração e para produtos agrícolas e agro-alimentares corresponde, de alguma forma, ao que o PSD e o CDS tinham vindo a apregoar sobre a necessidade de mais competitividade para a nossa economia. Ou não será o contrário? Este aumento de IVA, juntamente com todos os outros aumentos a que assistimos (do IVA directo nos produtos, mas também do IVA na energia), não significará, de facto, matar a economia real, condenar à falência imensas empresas, arrasar sectores económicos inteiros e, portanto, provocar ainda mais desemprego?

Como se pode falar de competitividade ou de exportação quando, na realidade, estamos a matar todos os sectores económicos que poderiam tentar ter alguma competitividade ou exportar fosse o que fosse?! Não é exactamente esta a mesma receita, de secar o mercado interno e de arrasar com todo o sector produtivo nacional, que está a ser aplicada, por exemplo, na Grécia, com o consequente caminho para o abismo que conhecemos?

Em segundo lugar, o Sr. Deputado não considera que o PSD e o CDS não fazem nada do que prometeram aos portugueses e que, muito pelo contrário, estão numa deriva ideológica, fanática, a matar a economia real, em nome do pagamento de uma especulação financeira que nunca questionam e cujo resultado todos conhecemos, que é o caminho para o abismo de um País, de uma economia e mais desemprego?

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.



O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Catarina Martins, agradeço-lhe as questões que colocou, que considero ter abordado de forma suficiente na intervenção que fiz.

É, sem dúvida alguma, uma questão central o problema da perda de poder de compra dos portugueses e de competitividade da economia nacional em sectores transaccionáveis e em alguns dos principais produtores de bens não transaccionáveis — os casos da indústria agro-alimentar, o principal contribuinte nos sectores de bens transaccionáveis para o valor acrescentado bruto do País, e do turismo e restauração, com um peso brutal na percentagem da exportação de serviços do País.

Portanto, todas essas consequências são conhecidas. O Governo e o PSD conhecem-nas muito bem e, certamente, não é por acaso que é feito este «silêncio de chumbo» relativamente a esta abordagem.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — É que ela contradiz tudo o que andaram a dizer durante anos nesta Assembleia. Tudo!

Ainda não há muito tempo, há cerca de três anos, o PSD apresentou nesta Assembleia um projecto de resolução de apoio às micro, pequenas e médias empresas, propondo a criação de mecanismos de compensação fiscal nas zonas fronteiriças...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Bem lembrado!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — ... a fim de diminuir a discriminação face aos nossos vizinhos espanhóis.

Como estas coisas se esquecem por quem conhece exactamente o problema, mas não o quer enfrentar!

Esta será, talvez, a nova forma de fazer política nesta Casa, que é uma velha forma de fazer política do PSD, do CDS e também do PS: a de dizerem uma coisa quando são oposição e fazerem exactamente o contrário quando estão no poder.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Aliás, o PS também está calado porque sabe que esta matéria tem a responsabilidade da sua assinatura, ao ter subscrito um acordo onde esta questão está prevista. E fê-lo sem sequer ter um breve sobressalto relativamente a um problema que vai penalizar tão gravemente milhares de pequenas empresas e aumentar significativamente o desemprego no nosso País.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente:** — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Catarina Martins.

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O pouco que já se conhece do Orçamento do Estado é suficiente para levantar uma questão. Onde é que andaram nos primeiros meses deste ano os ministros que estão, neste preciso momento, a aprovar o documento? A ouvir as promessas e propostas do PSD e do CDS não foi certamente, de tal forma que o que vem no documento preliminar contradiz o discurso e as promessas dos dois partidos que suportam o Governo.

Também o que se vai sabendo vai muito mais longe daquilo que constava do documento de execução orçamental ou do Memorando assinado com a tróica: medicamentos mais caros, as áreas sociais como a saúde e a educação e pensões como as mais afectadas pelos cortes orçamentais, diminuição do subsídio de desemprego e das indemnizações por despedimento, novos impostos sobre a energia, transportes mais caros.

Esqueçam, portanto, tudo o que ouviram. Isso agora não interessa nada! Os portugueses agora já aguentam sacrifícios, a crise internacional deixou de ser a desculpa dos incompetentes e, diz-se, até afecta o frágil coração do Primeiro-Ministro. O aumento da carga fiscal já não é um «esbulho» imposto à classe média e deixou de ser uma política desistente para consolidar as contas do Estado, a diminuição do rendimento das

famílias já não é um ataque à classe média, acreditando-se mesmo que leve nota máxima no visto familiar de que fala o CDS.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Como se o País já não tivesse suficientes problemas para enfrentar, o Governo parece apostado em criar novas dificuldades à economia. Notícias nunca desmentidas, e em parte confirmadas por Deputados da maioria parlamentar, dão conta do fim da taxa intermédia do IVA. A ser verdade, o sector da hotelaria e restauração, um sector que emprega centenas de milhares de pessoas, está condenado ao ciclo arrasador das falências e do desemprego.

Depois das sucessivas declarações sobre a necessidade de descer a taxa social única, avançada como a pedra filosofal que asseguraria o aumento de competitividade do sector exportador, eis que o Governo avança para a brutal subida do IVA precisamente no maior sector exportador da economia portuguesa.

É certo que ninguém consegue prever a totalidade dos efeitos devastadores de uma eventual descida da TSU, uma experiência de laboratório que burocratas e académicos do FMI querem testar em Portugal, fazendo de uma das economias mais fragilizadas a cobaia do seu fanatismo ideológico.

Em nome da sensatez mínima, é imperioso abandonar esta intenção com um impacto máximo na economia.

E se sobre as consequências da descida da TSU há dúvidas, sobre a subida do IVA, sobre o fim da taxa intermédia e o aumento de 10 pontos percentuais do IVA sobre a hotelaria e a restauração temos dados: largas dezenas de milhares de desempregados, encerramento massivo de estabelecimentos, recuo nas exportações, cafés, restaurantes, pastelarias de portas fechadas, perda de 730 milhões de euros em receitas fiscais. Um cenário desolador, que não deixaria de ter as piores consequências no dia-a-dia da vida nas cidades e na própria segurança das mesmas.

Importa ouvir todas as vozes que se vêm juntando na denúncia do potencial destrutivo do eventual aumento do IVA num dos sectores mais dinâmicos da economia e que já paga um imposto bem acima do praticado nos mercados com os quais concorre, como é o caso de Espanha. O Governo tem de recuar nesta insensatez económica, sem sentido para as contas do Estado, e que nada mais conseguirá do que desencadear mais uma tragédia social a juntar às que já assolam o País.

Repito: o Governo tem de recuar!

*Aplausos do BE.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quis o acaso que Manuela Ferreira Leite e Pedro Passos Coelho tivessem falado, esta semana e no mesmo dia, sobre as dificuldades do ajustamento orçamental enfrentadas pelo País. O contraste é tão esclarecedor que vale a pena comparar.

Enquanto a primeira reconheceu o óbvio — que há muito tem sido avançado pelo Bloco de Esquerda e hoje encontra eco em toda a imprensa económica europeia —, que é impossível cumprir as metas do défice no prazo estipulado com a tróica sem paralisar a economia e criar ainda mais desemprego, Passos Coelho preferiu explicar o sentido dos sacrifícios pedidos aos portugueses. Crescimento económico, criação de emprego, dinamização da economia? Nada disso. Apenas sossegar os mercados.

Isso mesmo! Tudo o que o Governo deseja é sossegar os mercados, aqueles que, por definição, vivem do nervosismo e da especulação.

É em nome dessa política de vistas curtas, que tem dado o resultado que se vê na Grécia, mas também em Espanha, Itália e na própria saúde do euro, que os sacrifícios agora já são todos aceitáveis. E a Grécia aqui tão perto, cada vez mais perto.

Matar a economia e secar o mercado interno é o caminho da recessão. Sacrificar agora sem nenhuma ideia de como recuperar depois. Tem sido este o caminho seguido pelo Governo. Não olhar a meios para cumprir o acordado, independentemente do seu impacto na economia, e sem nenhum fim que não seja navegar à vista e à mercê do efeito especulativo sobre o euro. Uma política de terra queimada, onde ir mais longe do que a tróica também quer dizer a recusa total de qualquer tentativa de renegociação e actualização do acordado.

O Memorando assinado com a tróica é um mau documento, sempre o dissemos, mas fazer dele a tábua dos 10 mandamentos, imutável e imperscrutável, é um suicídio que já foi percebido até nos sectores ideológicos que apoiam este Governo. Não tem de ser assim. É preciso renegociar as condições do

pagamento da dívida e as metas do défice. Olhemos para a Grécia. Não há aumento de impostos e diminuição da receita do Estado que compensem, num tão curto prazo de tempo, a recessão profunda desencadeada por esta receita de choque e pavor.

É preciso diminuir o défice, sim, e travar urgentemente o crescimento da dívida pública — de acordo! —, mas esse plano não pode ser feito, não conseguirá ser feito às custas da destruição da economia, do emprego e da degradação absoluta da condição de vida dos portugueses. É preciso um plano *b* — já só o Governo ainda não o percebeu. Esperemos que quando, finalmente, olhar para os resultados da sua cegueira ideológica não seja tarde demais.

Pela nossa parte, o Bloco de Esquerda não deixará de criticar esta marcha em passo acelerado para o abismo, nem deixará de apresentar alternativas em nome do emprego, do crescimento económico e da democracia.

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — O Sr. Deputado Honório Novo, do PCP, inscreveu-se para pedir esclarecimentos à oradora.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Catarina Martins, hoje é quinta-feira. Na terça-feira à tarde, a Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu próprio e três outros colegas, do CDS, do PSD e do PS, estivemos a assistir a um debate muito participado, com mais de 1000 representantes do sector da hotelaria e da restauração de todo o País — pequenos empresários, microempresários —, que nos transmitiram o drama que representará para este sector o aumento do IVA de taxa intermédia e de taxa reduzida. Este sector representa o maior sector exportador em Portugal, representa o quarto sector empregador em Portugal.

Anteontem, os Deputados do PSD, do CDS e do PS ainda falaram, mas ouviram claramente a indignação e a revolta dos pequenos empresários perante essa possibilidade. Agora, nesta instituição, na casa da democracia, ficam calados. Ficaram calados há pouco, ficam calados agora,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exacto!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — ... porque a vergonha é bem maior do que o descaramento.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — De facto, como é que conseguem explicar que o Dr. Passos Coelho, em Maio, tenha dito claramente que aumentar a taxa intermédia do IVA para o sector da hotelaria e da restauração era uma aberração? Como é que os senhores do CDS explicam que, há ano e meio, apresentaram nesta Casa um projecto de resolução em que pediam a descida do IVA de 13% para 5% e que, agora, se preparam para aumentar o IVA de 13% para 23%? Como explicam isto, Srs. Deputados do ex-partido dos contribuintes?

Sr.<sup>a</sup> Deputada Catarina Martins, como é que o Governo, o PSD e o PS — até o PS! — ousam falar em crescimento económico com este programa de austeridade, com o Memorando, com o pacto de agressão que assinaram contra o País?

Sr.<sup>a</sup> Deputada, como é que explica que estes partidos continuem a falar em crescimento quando sabem que esta austeridade só nos conduz para a recessão, para o desemprego e para o abismo económico?

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Catarina Martins.

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Honório Novo, agradeço as perguntas colocadas.

Sr. Deputado, é bem verdade o que diz: de facto, estamos aqui perante a maior das hipocrisias políticas — isso está à vista de todos. É talvez por isso que as bancadas da direita não são capazes, hoje, de dizer o que seja sobre este tema. Já tiveram duas oportunidades para se pronunciar, mas mantêm-se em silêncio.

Ouviram os Deputados do PSD, do CDS-PP e do PS, como nós os dois ouvimos, o panorama traçado pelo sector da hotelaria e da restauração resultante do aumento da taxa intermédia do IVA: mais 120 000 postos de trabalhos que se perdem; aumento massivo de desemprego; mais de 50 000 falências, estabelecimentos a fechar por todo o País; menos 730 milhões de receitas para o Estado. Isto é o que prevê o sector, que se tem reunido e que tem tido uma actuação de democracia activa, de participação cidadã, lembrando a este Governo que é preciso não descolar da realidade, que precisamos de saber em que País estamos e que não é matando a nossa economia que algum dia vamos conseguir pagar alguma dívida.

Aliás, toda esta história da taxa social única e do IVA é o exemplo da incompetência e da irresponsabilidade deste Governo! Começou por dizer que era inaceitável que o IVA aumentasse, que a carga fiscal não poderia aumentar, para depois, afinal, a carga fiscal aumentar para compensar a baixa da TSU e aumentar a competitividade. Chega-se depois à conclusão que uma descida de 4 pontos percentuais na TSU só descia os custos das empresas em 1% e que estas iam ter um IVA de mais 10%. Portanto, estamos sempre a perder competitividade. É fazer as contas! Mas o Governo não faz as contas, é irresponsável e não tem rumo.

Portanto, o que hoje estamos aqui a dizer, mas, acima de tudo, o que todo o sector tem dito, e até gente próxima e do PSD e do CDS têm dito, é que é preciso voltar atrás, é preciso recuar. Acabar com a taxa intermédia do IVA é uma irresponsabilidade que não pode passar. O Governo tem de recuar!

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: No passado domingo, o povo da Região Autónoma da Madeira expressou livre e democraticamente a sua vontade política, elegendo os deputados da respectiva assembleia legislativa e, por via disso, a formação de um novo governo regional.

Todos sabemos as particulares condições em que decorreu a campanha eleitoral e a responsabilização política que os eleitores efectuaram no momento em que marcaram a sua opção nos boletins de voto. O povo falou e escolheu.

Algumas forças partidárias viram crescer a confiança eleitoral dos madeirenses, outras viram essa confiança diminuir. Oito forças políticas lograram obter representação parlamentar, mas os madeirenses expressaram de forma clara quem querem a governar a Região Autónoma no ciclo de recuperação económica e financeira que forçosamente se abrirá agora.

*Aplausos do PSD.*

E confiaram ao PSD/Madeira a maioria absoluta dos mandatos na assembleia legislativa, respondendo com inegável responsabilidade cívica à chamada às urnas.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cada partido tirará as ilações que entender dos resultados eleitorais e interpretará a correlação desse resultado com a postura assumida em campanha eleitoral. É, contudo, significativo, e por isso deve ser aqui assinalado, que os partidos da oposição de esquerda — num momento em que o partido dominante vê diminuir o número de votos e de mandatos — vejam eles próprios diminuir a sua votação e a sua representatividade.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Isto é, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, ficou provado que o «bota-abaxismo» e o radicalismo não mobilizam as pessoas e não resolvem os problemas.

*Aplausos do PSD e do Deputado do CDS-PP Telmo Correia.*

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: As eleições regionais na Madeira tiveram uma outra marca relevante, qual seja a absoluta isenção e transparência com que o Governo da República e o Primeiro-Ministro, não obstante a afinidade partidária da sua principal base de apoio com a do governo regional, conduziram o processo de conhecimento da situação financeira da Região.

A verdade é que o Governo e o Primeiro-Ministro não se deixaram influenciar pelo calendário eleitoral para aferir a dimensão do endividamento da Região, as irregularidades na obrigação de reporte e a necessidade de um programa de ajustamento que reequilibre as finanças da Região. E o Primeiro-Ministro foi mais longe, ao ponto de, como líder partidário, comunicar que não caucionaria, com a sua presença, essa omissão de reporte.

Srs. Deputados, por mais que vários dirigentes da oposição insistam em dizer o contrário, o Governo e o Primeiro-Ministro actuaram de forma isenta e transparente e os eleitores tomaram uma decisão consciente e responsabilizadora.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É, pois, dentro deste espírito de transparência, de responsabilização e da solidariedade recíproca que subjaz aos fundamentos do nosso sistema autonómico, constitucional e legalmente consagrado que aguardaremos pelo processo de definição de um programa de ajustamento orçamental que deverá ser implementado pelo novo governo regional.

O PSD e o Governo da República, estou certo, não deixarão de demonstrar a sua solidariedade com o povo madeirense,...

*Aplausos do PSD.*

... mas essa solidariedade terá de ter dois sentidos e o governo regional e os madeirenses não poderão deixar de cumprir e executar com rigor, com exigência e com realismo o programa de ajustamento que vier a ser definido.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O PSD tem uma longa história em matéria de autonomia regional, tendo liderado sempre os impulsos de aperfeiçoamento e aprofundamento que os processos de revisão constitucional e evolução legislativa têm proporcionado.

*Aplausos do PSD.*

Estamos bem conscientes de que a autonomia política das regiões autónomas foi essencial à recuperação dos atrasos estruturais que as afectavam nos inícios dos anos setenta, como compreendemos que os ciclos de investimento público, potenciados também pelas ajudas europeias após a nossa integração, trouxeram às populações mais qualidade de vida e ao País mais coesão.

A execução desse ciclo de infra-estruturação daqueles territórios permitiu que os nossos concidadãos da Madeira tivessem acesso aos serviços públicos essenciais e que, por via desse factor, se abrisse também a porta ao investimento privado e à criação de riqueza e de emprego. Ora, a circunstância de esse investimento ter sido realizado e o contexto de crise económica e financeira que vivemos tornam adequado que haja agora uma diminuição do investimento público e se estimule e incentive mais o investimento privado. É também nesse sentido que o reequilíbrio orçamental da Madeira se terá de promover, cabendo agora aos governos central e regional negociar e definir os termos do ajustamento financeiro.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: No momento em que assinalo, neste Plenário, o acto eleitoral de domingo na Madeira e a vitória eleitoral do PSD, quero expressar a convicção de que este acto eleitoral possa trazer aos agentes políticos regionais uma oportunidade de mudança que responda aos novos desafios que se colocam ao País e à Região.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sabemos que o equilíbrio financeiro importa mais contenção, mas temos a certeza de que os órgãos regionais legítima e livremente escolhidos pelos madeirenses corresponderão à confiança que destes receberam e prestarão, mais uma vez, um serviço à autonomia, à Madeira e ao País.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao orador, os Srs. Deputados Carlos Zorrinho, do PS, e António Filipe, do PCP, e Nuno Magalhães, do CDS-PP.

Em primeiro lugar, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Luís Montenegro, quero começar por saudar os eleitores da Região Autónoma da Madeira, bem como os 47 Deputados eleitos, e referir que o Partido Socialista perdeu as eleições de 9 de Outubro que se realizaram na Madeira, mas os grandes derrotados dessas eleições foram o PSD, os madeirenses, em geral, e os portugueses, em particular.

*Protestos do PSD.*

Acabou um ciclo político na Região Autónoma da Madeira, repito, acabou um ciclo político na Região Autónoma da Madeira, e o fim desse ciclo político podia ser...

*Protestos do PSD.*

Srs. Deputados, é sempre assim. Não gostam de ouvir, não ouvem! O vosso líder parlamentar estará à altura de responder. Tenham confiança nele!

A abertura, agora iniciada, desse novo ciclo podia ter sido feita com tranquilidade, sem punir o povo da Madeira; esse novo ciclo podia ter sido aberto num quadro de grande solidariedade nacional. A verdade é que a falta de coragem do Governo em definir previamente as condições que teriam de ser colocadas aos madeirenses no momento das eleições tornou o Presidente agora eleito num homem ferido, imprevisível, num homem que vai tornar muito difícil a negociação do plano de ajustamento entre o Governo da República e o Governo da Região Autónoma da Madeira. Não teria sido necessário chegarmos a este ponto.

Por isso, Sr. Deputado Luís Montenegro, não quero e não posso, naturalmente, limitar a sua liberdade do uso da palavra, mas gostaria, contudo, de sugerir que, em vez de utilizar o tempo que tem disponível para me responder, responda, antes, à pergunta que lhe foi feita pelo Deputado Guilherme Silva: que austeridade para a Madeira? Que plano de ajustamento para a Madeira?

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Como o Sr. Deputado Luís Montenegro pretende responder individualmente a cada Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Zorrinho, começo por lhe dizer que a sua afirmação segundo a qual os grandes derrotados das eleições foram o PSD, os madeirenses e os portugueses denota, em primeiro lugar, que VV. Ex.<sup>as</sup>, no Partido Socialista, continuam zangados com as pessoas, continuam zangados com a democracia, continuam zangados com a expressão livre e democrática das pessoas em actos eleitorais.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Denota ainda uma outra coisa: que não aprenderam nada e que o discurso político que tiveram na campanha eleitoral, e que hoje reafirmam, é a explicação do grande fracasso eleitoral que tiveram nas eleições do passado domingo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Deputado Carlos Zorrinho, devo, de resto, assinalar o seguinte: tive ocasião de dizer na minha intervenção que, por parte do Governo, por parte do Primeiro-Ministro e por parte, também, do PSD, soubemos acompanhar a evolução da campanha eleitoral distinguindo aquilo que era a campanha propriamente dita da necessidade de o País conhecer a situação financeira da Madeira e também a necessidade de haver um plano de ajustamento financeiro para a Madeira. Mas, Sr. Deputado Carlos Zorrinho, não vamos esquecer-nos de que o País, pela vossa responsabilidade, precisou, mais cedo do que a Madeira, de um plano de ajustamento financeiro para recuperar da sua situação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

Finalmente, Sr. Deputado Carlos Zorrinho, para haver plano de ajustamento para resolver a situação financeira da Madeira, foi preciso, primeiro, conhecer essa situação, conhecimento esse que se fica a dever ao empenho do actual Governo, liderado pelo PSD.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — É a conversa do «roto» para o «nu»!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Luís Montenegro, na sua intervenção, ao analisar e ao aludir aos resultados eleitorais da Região Autónoma da Madeira, disse que se iniciava um novo ciclo.

Sr. Deputado, o PSD, na Madeira, governa com maioria absoluta há 35 anos. No próximo mandato, essa maioria absoluta, embora muito mais reduzida, mantém-se. Pergunto: quais vão ser as características deste novo ciclo?

*Risos do PCP.*

Enfim, é uma interrogação que fica no ar, depois da sua intervenção.

De facto, e porque foi notório, o PCP verificou a frieza com que o PSD nacional acolheu os resultados do PSD-Madeira. Talvez isso não tenha sido alheio ao facto de ter havido no PSD dois discursos completamente diferentes: o discurso nacional do PSD e o discurso eleitoral do PSD-Madeira, procurando demarcar-se de opções fundamentais do PSD nacional, de forma a manter a maioria absoluta na Região Autónoma da Madeira e a conseguir captar o eleitorado.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Mas também é uma evidência — e não é preciso ser adivinho para o prever — que as posições manifestadas com toda a contundência pelo Dr. Alberto João Jardim na campanha eleitoral não vão ser seguidas, de maneira nenhuma, pelos Srs. Deputados do PSD eleitos do PSD pela Região Autónoma da Madeira para a Assembleia da República. Isso é uma evidência! Uma coisa foi o discurso eleitoral na Madeira, outra coisa é o que os Deputados do PSD, e mesmo os do PSD-Madeira, vão tomar nesta Assembleia,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... sobre questões decisivas quanto ao futuro próximo dos madeirenses.

O Sr. Deputado Luís Montenegro fala como se os madeirenses, em geral, tivessem ficado todos ricos com a dívida da Madeira...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... e agora tenham que pagar essa dívida. Sr. Deputado, não é verdade, não é verdade! Os madeirenses não são responsáveis pelos desvarios da governação do PSD na Madeira, como também não são responsáveis pelos desvarios da governação nacional do Partido Socialista que também tem, obviamente, consequências sobre a situação social na Região Autónoma da Madeira.

Sr. Deputado, quando fala na sua intervenção, em programa de ajustamento necessário sem dizer no que vai consistir, a questão decisiva é a de saber se os senhores pretendem que o povo da Região Autónoma da Madeira seja duplamente prejudicado e que exista, para os cidadãos da Madeira, o que podemos chamar de dupla autoridade. Isto é, para além de pagarem os sacrifícios injustos que querem impor à generalidade do povo português, a questão é a de saber se os senhores querem impor sacrifícios adicionais ao povo da Região Autónoma da Madeira.

Sobre isso, os senhores não são claros, mas era muito importante saber se é intenção do PSD e do Governo penalizar duplamente os cidadãos da Região Autónoma da Madeira. Pelo vosso discurso, temos receios, muito fundados de que seja exactamente essa a vossa intenção.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado António Filipe, aludiu ao termo que utilizei de que estas eleições marcariam o início de um novo ciclo na Região Autónoma da Madeira.

Percebo que para um destacado Deputado e dirigente do PCP seja difícil compreender que é possível que os mesmos protagonistas e os mesmos partidos possam ter novos ciclos, independentemente de se manterem no exercício de funções por um grande número de anos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É o chamado «ciclo vicioso»!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Eu sei que no PCP, mesmo quando mudam as caras, mesmo quando mudam os protagonistas, o ciclo é sempre o mesmo. Mas tenho esperança — e foi isso que eu disse na intervenção — de que destas eleições, da realidade actual do País e da Madeira, terá que resultar, efectivamente, um novo ciclo na acção política regional. De resto, fiz alusão à circunstância de, nos últimos 30 anos, ter sido necessário empreender naquela região autónoma, como na dos Açores, um esforço adicional de investimento público para recuperar o atraso que tinham há cerca de 30 anos.

É verdade que já foi realizado grande parte desse investimento, é verdade que a situação actual do País é difícil e é também verdade que a situação financeira da Madeira é difícil, razão pela qual temos todos de conjugar esforços para que este novo ciclo tenha políticas diferentes que se compaginem com esta realidade.

É isso que esperamos e foi esse o apelo que também lancei da tribuna no sentido de os governos legitimamente representados quer no parlamento regional e no governo regional da Madeira quer na República — porque não sou eu nem a Assembleia da República que vamos definir —, de ora em diante, empreenderem o programa de ajustamento financeiro.

Sr. Deputado António Filipe, não percebo muito bem que V. Ex.<sup>a</sup> tenha uma visão tão negativa destes anos de investimento e, quando se abre um ciclo novo em que este investimento tem de ser mais moderado, V. Ex.<sup>a</sup>



se mantenha contra a perspectiva dessa evolução. V. Ex.<sup>a</sup>, ao fim e ao cabo, está contra tudo e contra todos. Esteve contra o ciclo anterior e está contra o novo ciclo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É o mesmo!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Tal como comecei, termino dizendo que o PCP se mantém, como sempre, no ciclo do costume.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — São uns troca-tintas!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E o vosso ciclo é mudar de opinião de três em três meses!

*Entretanto, assumiu a presidência a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente Teresa Caeiro.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Luís Montenegro, começo pelo óbvio, e o óbvio, nestas alturas, exige que cumprimente, através de V. Ex.<sup>a</sup>, o Partido Social Democrata pela vitória que obteve nas últimas eleições de domingo. Digo-o com o à-vontade de quem já teve maus resultados, muito maus resultados, mas que, desta vez, teve um excelente resultado,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Histórico, histórico!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — ... fruto de uma extraordinária campanha do Deputado José Manuel Rodrigues e da sua equipa.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Deputado, isto para lhe dizer que, para nós, CDS-PP, em democracia, por um voto se ganha e por um voto se perde. Quando se perde por muito, devemos tirar as lições devidas e, se necessário, mudar de ciclo.

Há algo que o CDS nunca fez, nem fará, que é culpar os eleitores pelos nossos erros e pelos nossos resultados.

*Aplausos do CDS-PP.*

Foi justamente isso que aqui vimos hoje da parte do Partido Socialista. Justificar uma derrota colossal com o facto de o Governo fazer aquilo que o mais elementar bom senso exigia, que é negociar com o Governo recém-eleito, é algo que nos parece injustificável.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Culpar os portugueses, culpar os madeirenses, culpar tudo e todos, excepto nós próprios. O mundo é que está mal, nós estamos todos bem, somos perfeitos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não perceberam nada!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Quero dizer, desde logo, que o PS não aprendeu a lição, Sr. Deputado. Para mim, a lição das últimas eleições é, precisamente, esta: saber punir quem contrai dívida, seja na Região Autónoma da Madeira, seja no País, e saber, ao mesmo tempo, dar, premiar e valorizar quem fez

uma campanha construtiva, quem apresenta propostas. Todos nós vimos aqui — ao arrepio, aliás, de uma tradição parlamentar — a tentativa do Partido Socialista, na quinta-feira antes das eleições,...

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — ... de fazer um debate de urgência que, em última análise, foi um debate contra a Madeira e, sobretudo, contra o Partido Socialista, que, no domingo, obteve o resultado que sabemos também por força desse erro estratégico.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Por isso, como o Sr. Deputado muito bem disse e como o Deputado José Manuel Rodrigues também já salientou, é tempo de gerar consensos.

A situação do País é difícil, é necessário um compromisso. Naturalmente que será uma negociação também difícil, mas tem ou não V. Ex.<sup>a</sup> a convicção que nós temos de que o Governo, em conjunto com os partidos que formam a coligação e com o governo regional, saberá encontrar as melhores soluções para Portugal e, encontrando para Portugal, também o fará para os madeirenses?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro para responder, querendo.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Nuno Magalhães, começo por lhe dizer que tenho, a propósito da interpretação dos resultados eleitorais, a mesma visão que V. Ex.<sup>a</sup> aqui apresentou. Em democracia, ganha quem tem mais votos, e quem teve mais votos foi o PSD.

**Vozes do PSD:** — Exactamente!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Em democracia, ganha também quem consegue crescer eleitoralmente e o CDS-PP também ganhou porque cresceu eleitoralmente. Quero, pois, devolver-lhe o cumprimento de felicitação que teve ocasião de dirigir ao PSD.

*Aplausos do PSD.*

Agora, Sr. Deputado Nuno Magalhães, como V. Ex.<sup>a</sup> dizia, era muito importante que todos soubessem tirar as ilações dos resultados eleitorais, que todos soubessem avaliar aquela que foi a capacidade que tiveram de mobilizar os eleitores em torno dos projectos políticos que se apresentaram a sufrágio.

É verdade que, hoje, nesta Câmara, não assistimos a um exercício de humildade democrática por quem não teve capacidade para promover essa mobilização.

*Aplausos do PSD.*

Mas quero dizer-lhe, em nome do PSD e da bancada do PSD, que, não obstante termos vencido as eleições, temos a humildade democrática de respeitar todos os sinais que os eleitores endereçaram a todos os partidos e esperamos estar à altura da responsabilidade que nos foi endossada, de governar a Região Autónoma e de promover a recuperação económica e financeira dessa mesma região.

Finalmente, Sr. Deputado Nuno Magalhães, gostaria de dizer-lhe, como já tive ocasião de referir na minha declaração política, o seguinte: estamos certos de que, quer o Governo quer as bancadas da maioria que o suporta neste Parlamento, não deixarão de demonstrar a sua solidariedade com o povo madeirense e com os órgãos legitimamente eleitos. Mas queremos que este esforço de solidariedade tenha — nos termos, aliás, daquilo que é a arquitectura do nosso sistema constitucional de autonomia — dois sentidos e que sejam também os madeirenses, eles próprios, os primeiros a perceber e a reconhecer que se espera deles, com rigor e exigência, um esforço para a recuperação financeira da Região Autónoma.

Esse é um esforço dos madeirenses, equivalente ao esforço que também temos em todo o território nacional. Estaremos com os madeirenses, como esperamos que os madeirenses estejam connosco.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo com um número expressivo: as exportações agrícolas registaram um incremento de 15% nos primeiros oito meses deste ano, segundo números do INE. Expressivo, sim, mas não surpreendente. Só confirmam o ritmo de crescimento das exportações do agro-alimentar ao longo desta década, que foi muitíssimo superior ao das importações. A taxa de crescimento anual das exportações do sector agro-alimentar, em valor, nesta década, foi de 7%, o dobro do ritmo de crescimento das importações.

Adianto outro número, esse, apesar de tudo, mais surpreendente. Foi aberto, em Fevereiro deste ano, um concurso, no PRODER, no valor de 50 milhões de euros para investimento. Apareceram candidaturas no valor de 900 milhões de euros. Dos projectos contratados até este concurso estão para pagamento, no PRODER, cerca de 40 milhões de euros. Portanto, o investimento continua a um ritmo interessante.

Temos, pois, um sector que quer investir, que mostra capacidade de concretização, que se apresenta mais eficiente e mais competitivo e com capacidade exportadora.

E o que se espera do Governo? Decisão — apenas isso, decisão. Que decida repor, rapidamente, a normalidade nos pagamentos e recuperar o atraso relativamente aos projectos contratados. É preciso desbloquear, de forma inequívoca, os restantes 38 milhões de euros de PIDDAC que ainda faltam para apoiar o PRODER, este ano.

*Aplausos do PS.*

Que decida avançar com o concurso que foi aberto em Fevereiro e que não está concluído, ao final de nove meses. Que diga o que vai fazer.

Que decida se adia ou não o Alqueva, qual o seu calendário concreto e programação financeira, e não ande ao sabor da táctica política local. Existem opções, até em termos de fonte de financiamento, para esta obra estruturante. Decida. Faça o que lhe compete.

O que sentimos é que, hoje, no Ministério, não há decisão e, em alguns casos, como na exoneração do Presidente do Instituto do Vinho do Porto, há precipitação e imaturidade política, como, aliás, ficou comprovado ontem nas audições sobre o Douro.

Sabemos que não há dinheiro para tudo. Reconhecemos as dificuldades financeiras do País e, naturalmente, a necessidade de fazer escolhas.

É preciso decidir, num quadro de coerência e de opções claras.

O investimento no sector agro-alimentar é essencial. Não pode o Governo travar a dinâmica do sector que quer investir. É possível discutir PIDDAC para outras questões, mas não podemos pôr em causa o investimento agrícola.

É isso que se exige no próximo Orçamento do Estado — exactamente as mesmas condições que o CDS propôs para o Orçamento do Estado de 2011 e que tiveram o nosso apoio. Espera-se coerência no CDS sobre esta matéria e a força do Ministro Paulo Portas, no Governo, para o conseguir.

Mas temos ainda outra preocupação. O aumento do IVA nos alimentos que pode vir a ter um forte impacto, do ponto de vista económico e social. Não é solução, não é a nossa solução. Neste caso, esperamos a coerência do PSD e do próprio Primeiro-Ministro, que defendeu exactamente isso para o Orçamento anterior.

Se a Ministra da Agricultura não conseguir convencer o resto do Governo da necessidade de aumentar o ritmo de investimento e não aumentar o IVA dos alimentos, só podemos estar perante o fraquejar da Ministra no Governo e perante o fraquejar do CDS na coligação.

*Aplausos do PS.*

É porque tudo isto contradiz o que o CDS sempre defendeu na oposição e rompe, assim, com a confiança dos agricultores no CDS e nos seus compromissos.

Mas temos outras preocupações. Ontem mesmo, a Comissão Europeia apresentou as propostas legislativas para a reforma da PAC. Consideramos decepcionante a proposta de convergência das ajudas entre Estados-membros, apenas uma aproximação de 30%, até 2020. Portugal continuará a perder. No final do período, Portugal manter-se-á em 23.º lugar no *ranking* das ajudas e ainda haverá dois países cujos agricultores receberão mais do dobro das ajudas por hectare que os agricultores portugueses — inaceitável.

E sobre o leite, não há qualquer proposta credível e consistente.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Ah, agora é que descobriram!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — O sector do leite está em grande risco nesta negociação, porque é penalizado quer pela necessidade de equilibrar ajudas entre sectores, quer pela proposta de fim das quotas. Pensamos que é preciso conseguir uma negociação autónoma — repito, uma negociação autónoma — para o leite e defender um regime especial para este sector.

De entre as propostas, as mais interessantes são as apresentadas para os jovens agricultores e para as pequenas agriculturas, com uma ajuda-base reforçada e regimes específicos e simplificados. Significa isto que devemos defender, até à exaustão, esta proposta da Comissão.

Srs. Deputados, há um longo caminho a percorrer. É preciso estratégia e decisão. O PS está disponível para participar no esforço nacional para se conseguirem as boas soluções para a agricultura portuguesa. Mas sejamos claros: a iniciativa está do lado da maioria e do Governo.

*Aplausos do PS.*

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Caeiro): — Inscreveram-se quatro Srs. Deputados para pedir esclarecimentos. Pergunto-lhe, desde já, Sr. Deputado, se pretende responder separadamente ou em conjunto.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Separadamente, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Caeiro): — Muito bem, Sr. Deputado.

Tem, então, a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos.

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado Miguel Freitas, louvo a sua coragem para falar da tribuna sobre o PRODER. Atendendo ao historial do Partido Socialista, no governo, sobre o PRODER, acho notável que tenha tido a coragem para o fazer.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Deputado falou na questão da decisão, de que se quer decisão deste Ministério. Ora, uma coisa que a Sr.ª Ministra teve de decidir foi a de ir à procura do dinheiro que os senhores não deixaram lá para o PRODER.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — Quanto à questão da revisão da PAC, saúdo-o por trazer este tema. É actual, é importante e sabemos que a proposta ontem apresentada está muito longe de ser a proposta que vai ser aprovada. Provavelmente, só nos últimos minutos, sairá do Conselho Europeu a versão definitiva.

Há alguns aspectos positivos, a saber: o reforço do apoio aos pequenos agricultores; a simplificação para que esses pequenos agricultores e os jovens agricultores tenham melhores condições de acesso à agricultura; a possibilidade de transferência, do 2.º Pilar para o 1.º Pilar, de 10% dos recursos, o que ajuda bastante Portugal; a introdução de mecanismos de gestão de riscos; o fortalecimento das OPP.

No entanto, concordamos que, nesta matéria, existe um grande problema ao nível da convergência — e é muito tímida — da ajuda média. Estamos muito longe da média europeia.

De facto, também nos preocupa que, ao exigir-se aos Estados-membros um nível de convergência interna, essa ambição, do ponto de vista da equiparação total entre os Estados-membros, seja muito tímida. Isso preocupa-nos. E porquê? Porque o fundamento é baseado em condições ecológicas diferenciadas e sabemos que isto prejudica altamente Portugal.

Também nos prejudica bastante o facto de existir uma disparidade entre a superfície agrícola útil e a superfície elegível. Isto também é muito preocupante para Portugal e espero que seja alterado.

Sr. Deputado, quero fazer-lhe uma pergunta e um convite. Uma primeira pergunta, para perceber se este novo PS é diferente do anterior PS, tem a ver com o seguinte: durante anos, vimos o Sr. Eurodeputado Capoulas Santos defender o fim das quotas leiteiras e, também durante anos, vimos o mesmo Sr. Eurodeputado defender o total desligamento das ajudas. Pergunto-lhe, então, se, relativamente a esta matéria, o novo PS e o Sr. Deputado Miguel Freitas têm uma visão totalmente diferente e se colocam ao lado do sector e dos interesses de Portugal.

E faço-lhe este convite, Sr. Deputado: junte-se a Portugal e ao Governo nesta longa maratona negocial, para que Portugal tenha massa crítica, tenha músculo.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr. Deputado, queira concluir.

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — Vou concluir, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

O Sr. Deputado vai concordar comigo se lhe disser que os nossos agricultores merecem e, mais importante do que isso, que Portugal precisa muito de uma agricultura pujante.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — O Sr. Deputado Miguel Freitas informou a Mesa de que, afinal, opta por responder, em conjunto, a dois Srs. Deputados de cada vez.

Assim, tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Miguel Freitas, acho notável não só ter tido a coragem, como referiu o Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos, para dizer o que disse, mas também tê-lo feito sem corar,...

*Risos do Deputado do PS Miguel Freitas.*

... sem corar de vergonha.

É que o Sr. Deputado vir aqui reclamar medidas de um Governo, há três meses em funções, sobre problemas que o governo do seu partido, durante seis anos, não foi capaz de resolver, é obra! Realmente, é necessário ter grande coragem, para não dizer outra coisa...

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Mas deixe-me lembrar-lhe aqui duas ou três questões, nas quais, durante estes três meses, este Governo mostrou determinação e eficácia, sem ter andado a fazer anúncios de coisas que iria fazer e que, depois, não eram feitas, mas que, para a opinião pública, era como se tivessem sido.

Sr. Deputado, lembra-se o que aconteceu com o problema da E.coli? Portugal pediu, para apoiar os agricultores portugueses, e pagou 5,4 milhões de euros.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Isso estava negociado no passado!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — O que foi que o PS fez, designadamente, durante os primeiros dos últimos seis anos? Esteve, por exemplo, três anos sem aprovar um único projecto para jovens agricultores. Veja bem: não foram três meses, mas três anos!

Diz hoje o Sr. Deputado que o Ministério da Agricultura não toma decisões. Pois não, Sr. Deputado! Foi o Ministério da Agricultura deste Governo que tomou a decisão de libertar 25 milhões de euros que permitiram pagar aos agricultores, não havendo, assim, dívidas em atraso.

Dentro de dias, o Ministério da Agricultura pagará por antecipação o RPU (Regime de Pagamento Único) a um número enorme de agricultores, o que não era feito no passado.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exactamente!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Com este Governo, já está no terreno a elaboração do parcelário, matéria sobre a qual os governos do Partido Socialista, durante anos, fizeram zero.

**Vozes do CDS-PP:** — É verdade!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr. Deputado, foi este Governo que iniciou os trabalhos para a criação do seguro agrícola, o SIPAC (Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoriedades Climáticas), que muito brevemente estará concluído. Está ao seu lado o Sr. Deputado António Serrano, ex-ministro da Agricultura, que durante dois anos disse que o iria criar, mas não criou. Tenho a certeza de que não serão precisos dois anos para o criar.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr. Deputado, vai concluir, não é verdade?

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Vou terminar, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr. Deputado, este Governo teve de fazer uma coisa que o governo do Partido Socialista não foi capaz de fazer e que essa, sim, é favorável aos agricultores. Foi necessário alterar a legislação para prolongar os prazos de licenciamento previstos no REAP (Regime do Exercício da Actividade Pecuária). Por que é que o governo do Partido Socialista não o fez?

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

*Protestos do Deputado do PCP Agostinho Lopes.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr. Deputado Abel Baptista, a Mesa não o pode felicitar pelo cumprimento do tempo, mas gostaria de o felicitar pelo dia do seu aniversário.

Em nome da Mesa, muitos parabéns!

*Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE.*

Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos, em relação às questões do PRODER, de acordo com o nosso historial, durante os primeiros seis meses deste ano, pagaram-se 32 milhões de euros por mês; os senhores chegaram ao Governo em Junho e, de Junho a Agosto, esteve parado o pagamento do PRODER; em Agosto, pagaram 100 milhões de euros, isto é, repuseram o valor de Junho a Agosto; a partir daí, não pagaram mais nada. Neste momento, temos 40 milhões de euros em atraso e, se não desbloquearmos rapidamente os tais 38 milhões de euros previstos no PIDDAC, corremos o risco de chegar ao final do ano com um atraso de pagamento aos agricultores de 100 milhões de euros.

Sr. Deputado Abel Baptista, o que andam a fazer no Ministério é a nomear assessores de imprensa para a Sr.<sup>a</sup> Ministra. Nomearam dois assessores: o licenciado Sr. Daniel Filipe Costa da Fonseca, da RTP, e o Sr. Rui Miguel da Silva, com o nível remuneratório 82 da tabela remuneratória, ou seja, com salários de 4182 €,...

*Protestos do CDS-PP.*

... o que significa que a vossa preocupação é com a imagem da Sr.<sup>a</sup> Ministra.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do CDS-PP.*

Estas nomeações não constam do portal da transparência, no qual o Sr. Primeiro-Ministro disse que iria colocar todas as nomeações.

Não quero, no entanto, deixar sem resposta algumas das questões que aqui colocou.

Praticamente tudo o que disse que a Sr.<sup>a</sup> Ministra fez até agora — o que é normal fazer, mas espanta-me a arrogância com que o dizem — ...

*Protestos do CDS-PP.*

... foi negociado pelo Sr. ex-ministro da Agricultura António Serrano, agora Deputado, como foi o caso da E.coli e da decisão dos 25 milhões de euros previstos em PIDDAC — os senhores apenas desbloquearam esta verba que estava já estipulada numa norma extraordinária aprovada por esta Assembleia da República.

Portanto, Sr. Deputado, esperamos que, de facto, consigam o que a agricultura portuguesa neste momento precisa, mas ainda não vimos nenhuma decisão por parte da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Agricultura.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Miguel Freitas, acerca do impacto do aumento do IVA no sector agro-alimentar pronunciámo-nos há pouco e, portanto, só podemos acompanhar a crítica. Entendemos do vosso silêncio à nossa posição uma concordância da parte do Partido Socialista sobre o muito negativo impacto desta alteração da estrutura das taxas de IVA. A nosso ver, vai muito para além do que está estabelecido no Memorando da tróica, embora o conjunto das medidas já estivesse aí mais ou menos desenhado.

Seja como for, acompanhamos essa crítica ao Governo, à actual maioria, e fizemos hoje aqui um apelo a que recue em matéria de IVA, porque isso vai matar a economia e impedir qualquer sustentabilidade das finanças públicas, por paradoxal que pareça.

Sr. Deputado Miguel Freitas, teremos oportunidade de discutir a PAC, a política agrícola comum, e de ver, dentro de poucos dias, o que nos reserva o Orçamento do Estado para a agricultura.

Sr. Deputado, independentemente da autoridade ou não do Partido Socialista não, não é disso que cuidamos aqui agora, ou de saber se estamos numa espécie de jogo de «passa-culpas» do qual certamente não sairá grande balanço nem grande interesse para os portugueses, quero situar um problema essencial.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Agricultura, entre outras pastas que neste momento detém, pertence ao CDS-Partido Popular, que, de uma forma muito mais vincada do que o Partido Social Democrata, sustentou aqui, ao longo de anos, incluindo neste ano de 2011, já com vários programas de estabilidade e crescimento vencidos uns atrás dos outros, que era um erro crasso, uma dificuldade adicional para os agricultores — e era! — o PRODER não ser cumprido na sua totalidade, designadamente na parte nacional das participações.

É esse mesmo partido que hoje não pode deixar sem resposta qualquer debate político acerca do cumprimento do PRODER. Nenhum outro partido tem autoridade como tem o CDS para dizer que vamos cumprir a 100% a participação nacional do PRODER. Todos nos lembramos do Deputado Paulo Portas, em debates quinzenais com o primeiro-ministro, a acenar papéis e reivindicar a participação nacional do PRODER.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Bem lembrado!

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — O que estamos aqui a discutir é a violação do contrato eleitoral.

**Vozes do BE:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Portanto, não vale a pena falar do passado do Partido Socialista ou do passado das contas públicas, porque todos conheciam exactamente como estavam as contas públicas e, se o CDS-PP aqui defendeu a comparticipação nacional a 100% do PRODER, só podemos esperar que, no próximo Orçamento do Estado, essa comparticipação lá esteja a 100%.

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Miguel Freitas, sobre a reforma da PAC, por tudo o que aqui referiu, não precisamos de esperar pelo fim para ver que o princípio é mau. No entanto, julgo que o Sr. Deputado deveria rapidamente entrar em contacto com o Eurodeputado socialista no Parlamento Europeu Capoulas Santos, que considera este ponto de partida bom. Quanto a esta matéria, existe contradição dentro do Partido Socialista que necessita, sem dúvida, de algum esclarecimento.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É o fuso horário!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Relativamente aos problemas do Douro que ontem foram aqui abordados, podemos dizer que o novo Governo replica o comportamento dos governos PS e, como ontem ficou claro, que o Governo é responsável pelo prejuízo no valor de 20 a 25 milhões de euros que os pequenos vitivinicultores vão ter este ano pela perda do volume de benefícios.

Quanto ao PRODER, Sr. Deputado, o novo Governo está com uma amnésia colossal, uma amnésia galopante, tão grande que nem sabe onde estão os 50 milhões de euros extraordinários que foram votados nesta Assembleia no debate do Orçamento do Estado para este ano por proposta do CDS.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — No que se refere aos atrasos no pagamento do PRODER e noutras dívidas aos agricultores, todos nos lembramos do ar compungido com que o Dr. Paulo Portas levantava, neste Plenário, este problema.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Gostava de perguntar por que razão o Governo do PSD/CDS-PP, onde está o CDS-PP, não paga as comparticipações de milhões de euros que são devidas às organizações dos produtores de pecuária deste País, o que está a pôr em causa a sanidade animal e todo o património acumulado de trabalho e de investimento público. Não pagaram também os acertos de 2009, não está nada pago de 2011 e, pior, está em cima da mesa, por contacto com membros do Ministério da Agricultura, acabar com esse apoio em 2012.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Uma vergonha!



O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — É uma pena que os senhores não esclareçam esta questão. Provavelmente, como a Sr.<sup>a</sup> Ministra anda muito preocupada em contratar de assessores —, ...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Terminou o tempo de que dispunha, Sr. Deputado.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — ... além dos dois que aqui foram referidos para tratar da imagem, foram contratados cerca de 15 no total —, depois não arranja dinheiro para fazer alguns destes pagamentos e esclarecimentos.

Para terminar, Sr.<sup>a</sup> Presidente,...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem mesmo de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — ... quero dizer ao Sr. Deputado Abel Baptista o seguinte: é uma evidência que este problema de não corar é muito frequente nas duas bancadas que apoiam o Governo. Diria mesmo que estes Deputados são todos «incoráveis» ou incuráveis, como queira escolher.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, começo por lhe dizer que estamos muito preocupados e somos contra o aumento do IVA na hotelaria e na restauração.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ah, sim...?!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Portanto, se esperava uma resposta por parte do Partido Socialista à questão que colocou, ela é objectiva.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Demoraram quase 1 hora a descobrir isso!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Mas também somos contra o aumento do IVA nos alimentos. E manifestamos isso, com muita clareza, nesta Assembleia.

Quero aproveitar a questão que colocou sobre o PRODER para lhe dizer que a nossa preocupação vai ainda mais longe. Neste momento, o Governo prepara-se para renegociar em Bruxelas a alteração do PRODER que levará a uma redução de 500 milhões de euros e ao encerramento do PRODER este ano. Essa é a sua primeira e grande opção. Nós somos contra e consideramos isso um enorme erro.

Sr. Deputado Agostinho Lopes, a posição do Sr. Eurodeputado Capoulas Santos relativamente à reforma da PAC tem de ser, naturalmente, uma posição prudente, sendo ele o relator do Parlamento Europeu para a reforma da PAC.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Esse é um factor agravante!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Mas tenho a certeza de que ele partilha da nossa preocupação relativamente à questão central desta negociação que tem a ver com a convergência das ajudas entre Estados-membros. Não temos dúvida sobre isso.

O Sr. Deputado trouxe aqui um tema que é, para nós, também central. Conhecemos o atraso que, neste momento, existe no pagamento das OPP (Organização dos Produtores de Pecuária) e também a intenção do Governo de acabar com as OPP.

Sr. Deputado Agostinho Lopes, tenha a certeza de que estaremos do mesmo lado contra a liquidação das OPP, em Portugal. São organizações de produtores muito importantes, do ponto de vista veterinário e do apoio à sanidade animal, que não podem continuar a deixar de ter o apoio para desempenhar as suas funções.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, fica concluído este primeiro ponto da ordem de trabalhos, que consistiu em declarações políticas.

Vamos passar ao segundo ponto que consta da discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 15/XII (1.<sup>a</sup>) — Procede à quarta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, modificando os procedimentos de recrutamento, selecção e provimento nos cargos de direcção superior da Administração Pública.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Pública.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Pública** (Hélder Rosalino): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Actualmente, o Estatuto do Pessoal Dirigente prevê um modelo de recrutamento e de provimento nos cargos de direcção superior da Administração Pública, que passarei a resumir em traços gerais.

O recrutamento é efectuado por escolha de um membro do Governo de entre indivíduos licenciados, vinculados ou não à Administração Pública.

O provimento é realizado por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do membro do Governo competente, em regime de comissão de serviço, por um período de três anos, renováveis até um máximo de 12 anos.

A mudança de Governo é causa imediata da cessação da comissão de serviço.

A situação actual apresenta como principal vantagem a facilidade de nomeação e de substituição dos dirigentes e a rapidez na condução do processo de provimento. Todavia, as principais e significativas desvantagens frequentemente apontadas são: uma maior tendência de partidarização da Administração Pública; um menor escrutínio dos critérios de escolha dos titulares de cargos de alta direcção do Estado; uma menor transparência no processo de nomeação; o desfavorecimento do mérito; e a criação de mais cargos de direcção, muitas vezes desnecessários.

Um estudo comparativo dos sistemas aplicados neste âmbito na União Europeia permitiu concluir que a maioria dos Estados-membros procede à selecção de candidatos com base no mérito e na competência, através de métodos de recrutamento transparentes e imparciais, não politizados, aplicados por entidade diversa daquela que possui a competência para efectuar o provimento final no cargo de direcção superior.

Ficou claro, pela análise comparada que efectuámos, que o modelo actualmente vigente em Portugal se distanciou das soluções seguidas pela generalidade dos Estados-membros, não se encontrando em linha com as recomendações internacionais vigentes, designadamente com a Convenção contra a Corrupção, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 31 de Outubro de 2003.

O actual Governo assumiu a necessidade da mudança do paradigma vigente, preconizando um modelo independente de recrutamento e selecção, com o objectivo de promover o mérito e despolitizar o processo de nomeação para estes cargos, assegurando condições de isenção, de igualdade e de liberdade no acesso às funções de direcção superior na Administração Pública, bem como o respeito pelos princípios da competência, mérito profissional, imparcialidade e transparência.

Com a implementação da presente proposta de revisão do Estatuto do Pessoal Dirigente, o preenchimento de cargos de direcção superior deixará de ser efectuado pelo critério de escolha política e passará a ser precedido de concurso aberto a cidadãos com ou sem vínculo à Administração Pública.

O desenvolvimento das fases de selecção e de recrutamento, em que se inclui a avaliação concreta do perfil, as competências, a formação e a experiência profissional exigíveis aos candidatos, caberá a uma entidade administrativa independente designada por comissão de recrutamento e selecção para a Administração Pública.

Prevê-se, ainda, que a actividade desse órgão seja acompanhada por uma comissão de fiscalização independente do Governo, a funcionar junto da Assembleia da República.

O novo procedimento passará a contemplar as seguintes fases: primeiro, a do recrutamento, que será realizado por concurso, sendo o mesmo publicitado na bolsa de emprego público, em portais electrónicos de

emprego e em órgãos de imprensa de expansão nacional, devendo o aviso do concurso indicar os requisitos formais de provimento, o perfil exigido, a composição do júri e os métodos de selecção a aplicar aos candidatos.

A iniciativa de abertura do procedimento concursal caberá a um membro do Governo, que define o perfil requerido e elabora a carta de missão onde são vertidos os objectivos a atingir.

A definição final do perfil do candidato, a publicitação de abertura do concurso e a recepção de candidaturas será da responsabilidade da comissão de recrutamento e selecção para a Administração Pública.

A fase de selecção será assegurada por um júri constituído por quatro elementos que provêm da comissão de recrutamento e selecção, um presidente e dois vogais, e um perito da Administração Pública escolhido por uma bolsa de peritos constituída por técnicos superiores da própria Administração Pública.

O júri, após aplicação dos métodos de selecção, elabora uma proposta ao membro do Governo com a indicação de três candidatos não ordenados para o provimento do cargo, acompanhada dos fundamentos da escolha dos mesmos.

Finalmente, na fase de provimento, o Governo terá obrigatoriamente de escolher um dos três candidatos apresentados pela comissão de recrutamento e selecção.

Feita a escolha de um dos três candidatos, o cargo será provido por despacho do membro de Governo competente, em regime de comissão de serviço, por períodos de 5 anos, no máximo 10 anos consecutivos.

Concluindo: as alterações a introduzir no novo modelo de recrutamento e selecção para cargos de direcção superior visam contribuir para o aumento da eficiência da Administração Pública, favorecendo a execução imparcial de políticas e o reforço da cultura de gestão por objectivos.

A presente proposta de lei assume uma alteração profunda ao modelo de provimento dos mais altos cargos da Administração Pública, pelo que será da maior conveniência que esta mudança tenha um processo de implementação o mais consensualizado possível que permita a sua consolidação no tempo, independentemente dos ciclos políticos e governamentais que a cada momento se venham a afirmar.

Importa, de facto, afirmar este modelo e dar-lhe a estabilidade necessária no tempo, sem prejuízo dos aperfeiçoamentos que venha a exigir com o decorrer da sua aplicação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Inscreveram-se quatro Srs. Deputados para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário de Estado.

Tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Secretário de Estado, o diploma que hoje discutimos parece-nos muito importante e merece a concordância da bancada do CDS na sua generalidade. Vai ao encontro do que várias vezes defendemos, inclusive em legislaturas anteriores, isto é, a despartidarização da Administração Pública e a maior transparência no recrutamento e selecção dos seus dirigentes superiores.

Coloco três questões ao Sr. Secretário de Estado que vão exactamente em linha de coerência com o que sempre defendemos.

Primeira: discutimos hoje um diploma que diz respeito à Administração Pública, mas parece-nos importante que se alargue este princípio a outras áreas, designadamente aos institutos públicos, ao sector empresarial, embora em termos necessariamente diferentes, e a outros organismos em que o Estado tenha o papel de nomear os seus dirigentes superiores. Portanto, pergunto qual é a disponibilidade do Governo para ter iniciativas idênticas nestes sectores.

A outra questão tem a ver com a redução da despesa e a importância de, para além de melhorarmos o critério de selecção e recrutamento, podermos também racionalizar os meios despendidos com este tipo de dirigentes.

É evidente que temos conhecimento de algumas medidas que têm sido tomadas nos diversos ministérios exactamente para que a despesa seja comprimida no que diz respeito a este tipo de dirigentes, mas gostaríamos de saber, de um ponto de vista coerente, qual é a intenção do Governo para reduzir custos nesta área.

Por último, uma questão que tem sido muito colocada. O Governo introduz na proposta de lei a possibilidade de funcionar, junto do Parlamento, um organismo de fiscalização deste procedimento. Parece-me evidente que a intenção do Governo é permitir que os partidos tenham acesso a essa fiscalização em qualquer momento,

Porém, há evidentemente um custo associado a este tipo de organismo.

Pergunto se o Governo está disponível para simplificar o organismo previsto na proposta de lei no sentido de permitir que os partidos tenham acesso a essa fiscalização, reduzindo o impacto financeiro que isso possa ter no Orçamento da Assembleia da República.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — O Sr. Secretário de Estado da Administração Pública optou por responder às três primeiras questões em conjunto, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roque.

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Secretário de Estado, o PSD saúda esta iniciativa legislativa, porque ela corresponde a um anseio de todos os portugueses de há muito tempo a esta parte, a despartidarização do aparelho de Estado e o facto de se avançar para um sistema independente de escolha dos melhores e dos mais capazes, independentemente do cartão partidário que possam ter, pretendendo-se no fundo acabar com aquela famosa frase «*jobs for the boys*».

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

*Protestos do PS, do PCP e do BE.*

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — É um passo no sentido da transparência que deve ser apanágio de uma qualquer Administração Pública.

É um sistema que é usado na maioria dos Estados-membros da União Europeia, do qual nos servimos como referência em termos de diferenciação entre o que é o Governo, que resulta de uma eleição, e os quadros da Administração Pública, sobretudo os quadros dirigentes.

Este é um sistema de procedimento transparente que terá reflexos inevitáveis na qualidade e no desempenho da Administração Pública segundo aquele velho princípio, que não podemos ignorar, de que a Administração Pública existe porque os cidadãos existem.

Neste sentido, coloco uma questão ao Sr. Secretário de Estado.

Os procedimentos de recrutamento, selecção e provimento constantes desta iniciativa cingem-se aos dirigentes da administração central, regional e local do Estado. Ora, como é sabido, os chamados «institutos públicos» ficam de fora desta iniciativa.

Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se é intenção do Governo que procedimentos semelhantes sejam também alargados aos institutos públicos e, em caso afirmativo, em que espaço temporal assim deve ser.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Aiveca.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Aiveca** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, faço uma pergunta muito simples ao Sr. Secretário de Estado.

Na sua proposta de lei, ficam de fora os institutos públicos, os órgãos de serviços de apoio ao Presidente da República, a Assembleia da República, os tribunais, as Forças Armadas e as forças de segurança, os órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino, os órgãos de gestão dos estabelecimentos do sector público administrativo da saúde e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Afinal, quantos dirigentes pretende o senhor que sejam abrangidos por esta nova forma, que não representa qualquer passo em frente, mas, antes, um passo ao lado para ficarmos no mesmo sítio?

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Agradeço a capacidade de síntese da Sr.<sup>a</sup> Deputada. Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Pública para responder.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Pública**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, respondendo às questões que os Srs. Deputados colocaram, algumas das quais vão na mesma linha, gostaria de esclarecer que o Governo está a ultimar uma proposta de revisão da lei-quadro dos institutos públicos, estando já na fase de discussão final, que prevê a aplicação de métodos de recrutamento e selecção em moldes semelhantes aos que estão a ser propostos para os dirigentes superiores da Administração Pública, para os dirigentes que integram os conselhos directivos e para os altos dirigentes dos institutos públicos, prevendo-se que essa proposta possa ser discutida nas próximas semanas.

Idêntica alteração está a ser preparada no domínio da revisão do Estatuto do Gestor Público. É uma revisão mais abrangente, que cobrirá não só a matéria relativa aos métodos de recrutamento e de nomeação mas também a matéria ligada às remunerações.

Relativamente à redução da despesa, lembro que o Governo apresentou um plano de redução e melhoria da administração central do Estado, anunciado há poucas semanas, e que terá muito em breve uma fase que passará pela aprovação das leis orgânicas dos ministérios, as quais contemplarão uma redução muito significativa de largas dezenas de organismos da administração central do Estado e com isso uma redução muito significativa de cargos dirigentes. Isto trará uma redução muito significativa de despesa, a curto, médio e longo prazos.

Relativamente à questão colocada sobre o âmbito de aplicação deste diploma, como acabei de referir, os institutos públicos e algumas empresas e entidades do sector empresarial do Estado serão cobertas por iniciativas legislativas que o Governo apresentará em breve.

Razões poderosas justificam que algumas áreas, como os serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sejam excepcionadas deste diploma. Aliás, o próprio diploma que prevê a abertura de concursos para dirigentes intermédios já excepcionava essas realidades, que como têm especificidades muito próprias não podem estar sujeitas a concurso. Neste caso, o Governo não criou situações novas, não as alterou e entendeu justificáveis as razões que têm subjacente a situação de excepção.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Secretário de Estado, também consideramos que o regime de recrutamento, selecção e provimento dos cargos de direcção superior na Administração Pública deve obedecer a critérios de transparência que assentem no mérito e na competência, porque, se houver transparências, teremos certamente uma melhor Administração Pública.

Portanto, o preenchimento de cargos de direcção superior deve deixar de ser efectuado por mera escolha e passar a ser precedido de concurso.

De facto, o modelo de nomeação dos dirigentes de topo na administração pública baseada na escolha pessoal dos ministros é um modelo que nada tem a ver com critérios de competência e de mérito, que, aliás, devem presidir a qualquer nomeação na Administração Pública.

O Governo apresenta-nos uma proposta que nos merece muitas reservas sob muitos dos pontos, mas, mesmo assim, é justo dizer que o Governo conseguiu, apesar de tudo, disfarçar a verdadeira operação de *marketing* que pretendia com esta proposta na sua versão inicial. Registamos o recuo do Governo no que respeita à remoção do poder de veto do ministro em recusar os três nomes que lhe fossem propostos pela comissão de recrutamento, podendo o ministro em causa, logo a seguir, propor três novos nomes à comissão de recrutamento.

De facto, a manter-se esta faculdade atribuída na versão inicial, lá se ia, aparentemente, o espírito com que o Governo presidiu a este modelo que quer implementar.

Mas, mesmo assim, temos dúvidas relativamente às retribuições a atribuir aos membros das comissões criadas, porque nem o diploma nem os anexos as referem, como, aliás, também não referem os prémios de gestão dos dirigentes, que, em nosso entendimento, deveriam constar da proposta e dos anexos, e dúvidas no que respeita à possibilidade de esses lugares poderem ser ocupados por pessoas sem vínculo à Administração Pública, desde logo porque não sabemos se o Governo vai aplicar aquela regra do «saem 4 para entrar 1» e, portanto, não sabemos se para entrar um dirigente têm de sair 4.

Temos ainda dúvidas relativamente aos prazos dos procedimentos concursais, que o diploma não refere, a não ser para a publicidade dos concursos, e dúvidas sobre o facto de os dirigentes superiores serem nomeados em comissão de serviço por períodos de 5 anos, mantendo-se, ao mesmo tempo, a nomeação dos dirigentes intermédios por períodos de 3 anos.

As questões que queria colocar-lhe, Sr. Secretário de Estado, são as seguintes: não lhe parece que seria oportuno aproveitar a embalagem e, em nome da transparência, sujeitar também a este novo regime o recrutamento e a selecção para cargos intermédios na Administração Pública?

O Sr. Secretário de Estado já se referiu a esta questão, dizendo-nos que era para breve, mas eu insisto, perguntando: que motivos levam o Governo a excluir deste modelo parte da Administração Pública, desde logo os institutos públicos? É que vamos ter uma Administração sujeita a regras de concurso e outra parte que continua com um modelo — e o Governo agora reconhece-o — onde reina o cartão partidário. Portanto, vamos ter uma ou duas administrações?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado da Administração Pública, fazemos um pedido de esclarecimento, porque, nesta matéria, há sempre um conjunto de anúncios e de boas intenções que, normalmente, decorrem depois dos períodos eleitorais. É o velho ataque às questões das nomeações partidárias e é sempre a mesma conversa que, depois, pouca concretização tem em termos de iniciativas legislativas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E desta vez voltou a repetir-se o filme. O Sr. Secretário de Estado já respondeu relativamente aos institutos públicos e ao sector empresarial do estado, dizendo que estes estavam de fora das regras de concurso, mas importa aqui referir que mais de 50% da actividade da Administração Pública fica de fora.

A verdade é que a excepção foi introduzida pelo PS, em 2005, e nós bem a denunciámos, mas é também verdade que o Sr. Secretário de Estado, na proposta que apresenta, mantém as excepções no que respeita às forças armadas, às forças de segurança, ao ensino, à saúde e aos negócios estrangeiros. Estas áreas da Administração Pública ficam de fora de concurso e valem, pura e simplesmente, as nomeações escolhidas pelos membros do governo. E eu pergunto-lhe: porquê? E não venha com argumentos de razões ponderosas, porque, repare: então, na saúde, tem algum cabimento o Governo nomear os administradores de um hospital ou nomear o administrador de um centro de saúde? Qual é a razão que justifica esta nomeação, Sr. Secretário de Estado?

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Pública.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Pública**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, as questões que foram agora colocadas radicam em torno da resposta que dei às que já me tinham sido colocadas.

Relativamente à questão dos institutos públicos, volto a reiterar que é intenção do Governo promover idêntico procedimento de provimento para os lugares que hoje são de direcção superior nos institutos públicos e, muito em breve,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Aiveca** (BE): — Antes ou depois do dia 27?

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Pública**: — ... a Assembleia da República terá oportunidade de verificar que o Governo tem uma intenção genuína de alterar esta lógica de nomeação de cargos superiores para preenchimento dos altos cargos da Administração Pública.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Aiveca** (BE): — Mas, antes ou depois do dia 27?

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Pública**: — Será muito em breve, dentro de poucas semanas.

Relativamente às excepções que o diploma prevê, elas estão contempladas no artigo 1.º e referem-se aos órgãos e serviços de apoio ao Presidente da República, à Assembleia da República e aos tribunais.

Há razões objectivas que determinam que, nestas situações em concreto, não se desenvolvam procedimentos concursais abertos a pessoas de fora da Administração Pública. As forças armadas e forças e serviços de segurança, que são lugares de carreira e, sendo lugares de carreiras, são preenchidos por pessoas que já desenvolvem funções dentro do Estado, de onde não se pode seguir essas mesmas regras de concurso na medida em que estes novos procedimentos que estamos aqui a apresentar estão abertos a pessoas de fora e de dentro da Administração Pública.

Muitos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino são entidades públicas empresariais e vão ser cobertos pela lei dos gestores públicos. O mesmo se passa no Ministério dos Negócios Estrangeiros no âmbito dos serviços externos. Trata-se de pessoal de carreira diplomática, cujos lugares têm de ser preenchidos por pessoas que estão dentro dessa carreira.

Essas são, pois, as explicações e as fundamentações objectivas que levam a que este Governo não tenha alterado esta situação, que, aliás, já consta do diploma actual. É, pois, importante notar que já hoje os lugares de direcção intermédia são preenchidos por concurso e essa é a razão pela qual não procedemos a alterações neste momento.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Aiveca.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Aiveca** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Secretário de Estado: Verifico que não respondeu à pergunta que lhe fizemos sobre o número de pessoas que são abrangidas. Mas, já agora, e em termos de *timing*, para os institutos públicos deixo também uma outra pergunta: é antes ou depois do dia 27 deste mês, Sr. Secretário de Estado? É que sabemos que, no dia 27, serão nomeados, por exemplo, os presidentes dos centros distritais de segurança social e também dos institutos de emprego. Portanto, é preciso saber qual é o *timing*, porque aqui coloca-se o papel das concelhias e das distritais do PSD e, já agora, também do CDS-PP...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Mas um bocadinho menos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Aiveca** (BE): — Portanto, a essa questão o Sr. Secretário de Estado não respondeu.

Relativamente às razões ponderosas, Sr. Secretário de Estado, é incompreensível — e vai ter de nos explicar isso — porque é que não estão aqui abrangidos os órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino, porque é que não estão aqui abrangidos os órgãos de gestão dos estabelecimentos do sector público administrativo da saúde — estamos a falar de todos os cuidados primários e de todos os centros de saúde. Quais são as razões ponderosas?

O que lhe diriam é que esta proposta é, mais uma vez, publicidade enganosa. O Governo, com pompa e circunstância, em pleno mês de Agosto, «tirou um coelho da cartola», dizendo que ia despartidarizar a Administração Pública, fazendo concursos públicos. Ouvimo-lo e, olhos nos olhos, colocámos reservas, dizendo que o BE defende o concurso público, sim senhor.

Mas, Sr. Secretário de Estado, vamos, então, à sua proposta e à forma de fazer esse concurso público.

No diploma são criadas duas comissões: a comissão de recrutamento tem 1 presidente, 3 a 5 vogais, sendo 1 vogal não permanente, designados de entre personalidades de reconhecido mérito. Primeira questão, que é muito subjectiva: quais são os critérios?

Depois, é dito «sob proposta do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e também com o parecer de 2/3 dos Deputados». Tal significa que as maiorias não contam para nada... Estamos mesmo a ver que esta é uma comissão independente...

Depois, há, ainda, uma outra inovação, que é a criação de uma comissão de fiscalização para fiscalizar a comissão de recrutamento e, curiosamente, trata-se de uma comissão que funciona junto à Assembleia da República. E diz a proposta de lei que é a Assembleia da República que fornecerá os meios indispensáveis ao cumprimento das suas funções, por forma a garantir a sua independência e funcionamento. Mas, depois, diz ainda que o regime remuneratório é fixado por portaria do membro do Governo. Ou seja, onde é que está a independência?..

Por outro lado, o Sr. Secretário de Estado bem sabe que esta proposta não tem aplicação imediata. O Orçamento da Assembleia da República já foi aprovado por esta Câmara e não contém verbas para essa dita comissão. Portanto, não podemos falar de transparência; isto é, se quer que lhe diga, uma interferência no próprio Parlamento e nas suas regras de funcionamento independente, pois não há nenhum organismo que dependa deste Parlamento, que dependa da Assembleia da República cujo salário seja determinado por portaria do Sr. Ministro das Finanças. Já agora, era o que mais faltava! Era uma perversão da independência do Parlamento.

Esta proposta de lei não dá transparência, não dá independência, estas não são comissões independentes e, portanto, tudo ficará na mesma ao não se englobarem aqui todos, mas todos, os cargos da Administração Pública. Não estamos de acordo com este formato, porque se trata de publicidade enganosa.

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Santos** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Secretários de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A reforma da Administração Pública — sempre o afirmámos — deve ser vista como um processo reformador, gradual e evolutivo e deve ter sempre na sua génese a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e aos agentes económicos e sociais.

Também sempre defendemos que não é possível reformar a Administração Pública numa lógica de eficiência e qualidade sem um adequado enquadramento do seu pessoal dirigente, capaz de promover uma cultura de transparência, de responsabilização e de modernização da gestão pública tendente à melhoria da qualidade dos serviços na perspectiva dos cidadãos.

Mas a proposta aqui trazida pela mão do Governo, consubstanciada num pseudoconcurso dos cargos de direcção superior, não vai, na nossa opinião, ao encontro desses pressupostos.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A discussão em torno do Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública e, sobretudo, em torno do seu modelo de selecção, tem sido recorrente nesta Assembleia e tem sofrido diversas mutações desde 1979, ano em que se colocou termo às nomeações vitalícias, entre as quais destacamos a introdução dos concursos públicos como método de selecção dos cargos de direcção intermédia, e, mais recentemente, em 2005, a inscrição do impedimento de as nomeações ocorrerem em período de vigência de governos de gestão corrente e a cessação do exercício dos cargos dirigentes superiores com o fim dos mandatos governamentais.

Se desfocarmos o olhar da realidade mais próxima e o alargarmos para o contexto internacional vemos que há uma grande variedade de soluções adoptadas nesta matéria.



Se, de uma forma que resulta inevitavelmente simplista, quisermos organizar os diversos sistemas adoptados, podemos agrupar as diferentes realidades entre os países em que os dirigentes da Administração Pública são seleccionados com base em critérios de confiança política e pessoal, os países que seguem um modelo híbrido, onde além do domínio técnico apurado por um processo de selecção é também exigida sensibilidade política, e os países que seguem um modelo baseado na visão de uma administração distante do poder político, assumindo um modelo de selecção e recrutamento baseado exclusivamente no mérito.

A proposta de lei que agora discutimos consubstancia a adopção de um modelo híbrido. É uma opção! Contudo, lamentamos que a adopção deste modelo seja feita na pior das versões, envolvendo todo o processo de selecção numa enorme nebulosa.

No preâmbulo desta proposta o Governo afirma pretender que o provimento de cargos de direcção superior da Administração Pública deixe de ser efectuado por mera escolha e passe a ser precedido de concurso, mas o que nos é proposto na realidade é que a designação destes dirigentes passe a ser feita a partir de um concurso de cartas marcadas.

Senão, vejamos.

Competirá ao membro do Governo, com tutela ou supervisão do organismo ou serviço, a definição do perfil para o exercício do cargo.

Institui-se uma comissão de recrutamento e selecção, à qual caberá proceder à aplicação dos métodos de selecção e elaborar a proposta de designação, indicando três candidatos ordenados por ordem alfabética. Esta proposta é, por sua vez, apresentada ao membro do Governo, cabendo a este a designação do titular do cargo de entre esses três candidatos.

Ou seja, o que o Governo nos propõe instituir não é um concurso, porque este pressupõe uma seriação; o que o Governo nos propõe instituir é algo pouco claro, até confuso ao nível conceptual; o que o Governo nos propõe é que aceitemos «mascarar» uma nomeação de um concurso.

O Partido Socialista não tem, sobre esta matéria, uma posição dogmática. Temos a percepção que todos os modelos comportam prós e contras. Mas não estamos disponíveis para acolher soluções de faz de conta, não estamos disponíveis para acolher o embuste de uma solução em que se anuncia um concurso para, a coberto deste, fazer uma nomeação.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Santos** (PS): — Entendemos que, nesta matéria, se impõe a clareza dos princípios e, por isso, se há concurso este tem que ser levado até ao fim e os candidatos têm de ser seriados. Qualquer intervenção política tem de ser claramente assumida, fundamentada e publicitada nessa qualidade.

Clareza e transparência é aquilo que se exige a bem da credibilização da Administração Pública, mas aquilo que nos estão a propor não é mais nem menos que um processo concursal a branquear nomeações políticas, algo que fica bem longe do objectivo de «despartidarização» do aparelho de Estado enunciado no preâmbulo desta proposta de lei.

Além de tudo isto, regista-se aqui uma clara regressão ao serem retiradas as normas introduzidas em 2005, na revisão deste Estatuto, que impedem a ocorrência de nomeações por governos em gestão corrente.

Este Governo, no momento em que amplia a duração das comissões de serviço de três para cinco anos e consagra uma intervenção discricionária dos membros do Governo na designação dos seus dirigentes de grau superior disfarçada de concurso, resolve de um só golpe abrir as portas a que se possam fazer nomeações à pressa de dirigentes de confiança política de quem está no governo, quando este já se encontra em gestão corrente. Isso é algo que o PS não pode aceitar!

Outra nota que importa ainda ter presente nesta discussão tem a ver com a criação de duas comissões: uma comissão de selecção e recrutamento e uma comissão de fiscalização.

Num momento em que se pretende tornar a estrutura do Estado cada vez mais leve e menos onerosa para os cofres públicos é aqui proposta, de uma assentada, a criação de duas comissões, algo que nos parece manifestamente desajustado face aos fins em vista.

É, acima de tudo, desproporcionada a criação de uma comissão para fiscalização uma vez que o recurso dos interessados é garantido por lei, não cabendo a esta nova estrutura qualquer intervenção nesta matéria e,

ainda, que a fiscalização dos actos do Governo está inscrita no quadro das funções da Assembleia da República.

Mas o Governo não fica por aqui. Estas comissões são criadas sem fixação do regime remuneratório — repito, sem fixação do regime remuneratório — do presidente e dos vogais, que é remetida para uma portaria de um membro do Governo.

É nosso entendimento que, por uma questão de transparência, a previsão dos custos decorrentes da criação destas comissões deve ser já apresentada pelo Governo.

Nesta matéria, é exigível uma atitude, não só de maior prudência, face aos gastos gerados, como de maior coerência entre a acção e o discurso do Governo.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Partido Socialista está, como sempre esteve, disponível para acompanhar todas as alterações que introduzam maior transparência e clareza.

Estamos disponíveis para, em sede de especialidade, introduzir melhorias às propostas apresentadas pelo Governo, mas não estamos, nem podemos estar disponíveis para acompanhar processos de faz-de-conta, soluções menos claras, que só servem à descredibilização dos intervenientes nos procedimentos e da Administração Pública em geral.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — O Sr. Deputado João Pinho de Almeida inscreveu-se para pedir esclarecimentos.

Tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, o Partido Socialista já não dispõe de tempo para responder, mas, se a Sr. Deputada Isabel Santos aceitar, o CDS está na disponibilidade de lhe ceder 1 minuto para o efeito.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — É muito generoso da sua parte, Sr. Deputado. Resta saber se a Sr.<sup>a</sup> Deputada e a bancada do Partido Socialista aceitam.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Santos** (PS): — Aceitamos, sim, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Santos, confesso-lhe que gerou alguma perplexidade a intervenção que aqui fez. É que nós poderíamos, neste momento, compreender até a intervenção que a Sr.<sup>a</sup> Deputada fez para comparar uma de duas coisas: ou aquilo que o Partido Socialista fez neste âmbito enquanto foi governo ou aquilo que o Partido Socialista propusesse agora que se fizesse como alternativa. Mas os senhores, quando foram governo, não o fizeram e agora não o propõem única e exclusivamente por uma razão. A Sr.<sup>a</sup> Deputada falou de embuste. Embuste, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é um governo assumir funções e deparar-se com uma proliferação de pessoas escolhidas por critérios única e exclusivamente de fidelidade partidária...

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... por um governo que nunca teve a coragem de propor nem este regime, nem nenhum outro regime alternativo. E, muitas vezes, exactamente porque esse regime não foi alterado pelo governo do Partido Socialista muitos desses cargos são inamovíveis e não é o Governo que tem de se confrontar com isso, é o País e a Administração Pública que tem de lidar diariamente com pessoas que não têm competência, que não foram avaliadas, que não têm perfil, e que estão, neste momento em cargos nomeados, única e exclusivamente, por esses critérios.

*Aplausos do CDS-PP.*

E os senhores chegam ao ponto final de dizerem que não é preciso uma entidade fiscalizadora junto à Assembleia da República!

De facto, com um Governo com esta transparência pode não ser preciso, mas acredite, Sr.<sup>a</sup> Deputada que se algum dia o Partido Socialista voltar a governar em Portugal uma comissão de fiscalização não bastará para detectar todos esses favorecimentos que os senhores fizeram e que, com certeza, continuariam a fazer.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Santos** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, começo por agradecer a pergunta que me colocou, bem como o tempo que me cedeu.

O Partido Socialista teve, nesta matéria, uma opção clara, isto é, o Partido Socialista assumiu que a sua opção é de nomeação por escolha para o preenchimento destes cargos políticos.

**Vozes do CDS-PP:** — Ah!...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Santos** (PS): — Não andamos aqui com embustes, não andamos a fazer de conta, não andamos com uma espécie de concurso.

O Sr. Deputado vem falar em confiança política. Então, diga-me uma coisa: de entre três candidatos, é impossível ter um perfil e uma competência técnica rigorosamente iguais. Sejam sérios, é impossível, não há uma seriação. Então, um membro do Governo vai escolher com base em que critérios, Sr. Deputado?

Disse o Sr. Deputado que encontra pessoas nomeadas por critérios políticos. Com base em que critérios é que nós — quando acedermos de novo ao poder, e será em breve seguramente — ...

*Risos do CDS-PP e do PSD.*

... encontraremos as pessoas seleccionadas que ocupam esses lugares? A nossa posição, Sr. Deputado, nesta matéria, é muito séria, é inatacável e é clara: é que se os senhores querem optar pela via do concurso têm de ser consequentes, têm de ser coerentes e têm de ir até ao fim nessa vossa aposta.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria das Mercês Soares.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria das Mercês Soares** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Debateremos hoje a alteração aos procedimentos de recrutamento, selecção e provimento nos cargos de direcção superior da Administração Pública.

O Governo refere no seu Programa que «o Governo se compromete a despartidarizar o aparelho do Estado e a promover o mérito no acesso aos cargos. Neste âmbito, o Governo preparará nova legislação que estabeleça um sistema independente de recrutamento e selecção».

Disse e praticou. Confirma-se, assim, com a apresentação da presente proposta de lei, o que em tão pouco tempo se tornou uma marca deste Governo — o que promete cumpre.

Saudamos, por isso, o Governo pela apresentação desta iniciativa legislativa num espaço de tempo tão curto e que visa, através da implementação de um novo modelo de recrutamento, selecção e provimento para cargos de direcção superior, introduzir na Administração Pública valores como a transparência e a valorização do mérito em detrimento da partidarização dos cargos públicos, que o governo do Partido Socialista tão bem soube aplicar.

**Vozes do PSD:** — Exactamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Maria das Mercês Soares** (PSD): — Trata-se, portanto, de uma iniciativa legislativa que muda o paradigma vigente na Administração Pública e a torna mais independente, mais transparente e mais dignificada perante os cidadãos.

Com este sistema independente de recrutamento e selecção dos titulares de cargos de direcção superior, o Governo assegura efectivas condições de liberdade e igualdade no acesso a esses cargos, valoriza o mérito e a competência dos candidatos e a transparência do processo.

O Governo dá, assim, um passo significativo na despartidarização dos altos cargos da Administração Pública, contribuindo para que esta seja cada vez mais eficaz, eficiente e isenta perante os cidadãos, independentemente do ou dos partidos que se encontrem no governo.

Com esta iniciativa, o Governo visa reforçar o serviço público e a democracia.

O modelo agora proposto aproxima-se dos modelos adoptados na maioria dos países europeus, onde a escolha do dirigente superior se caracteriza pela separação entre a entidade responsável pelo recrutamento e selecção e a entidade responsável pela escolha final.

Com este novo modelo de recrutamento, selecção e provimento, o Governo inova ao introduzir um concurso aberto a todos os cidadãos com ou sem vínculo à Administração Pública; a criação de uma comissão de recrutamento e selecção para a Administração Pública, independente do Governo, e a quem compete desenvolver a tramitação do procedimento concursal, desde a publicação do aviso de abertura do concurso à constituição do júri que aplica os métodos de selecção; o reforço das garantias de isenção e transparência ao criar a comissão de fiscalização, que tem como missão «o controlo da actividade da Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública», constituída por três personalidades de reconhecido mérito e idoneidade, eleitas pela Assembleia da República para um mandato de quatro anos.

Paralelamente, facilita-se o escrutínio e a avaliação, uma vez que, conjuntamente com a abertura do concurso, deverá ser publicada a carta de missão, elaborada pelo membro do governo que tutela o serviço e onde deverão estar inscritos todos os objectivos a atingir no decurso da comissão de serviços devidamente quantificados e calendarizados.

Assim se assume a independência dos dirigentes superiores relativamente aos ciclos políticos. Assim se assume uma maior estabilidade na Administração Pública com a passagem da comissão de serviços de três para cinco anos. Assim se torna escrutinável o modo do exercício das funções. Assim se melhora a eficácia da Administração Pública e se aprofunda o regime democrático.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Os desafios com que Portugal se defronta são colossais, mas estamos conscientes que, com muito rigor e transparência, poderemos voltar a recuperar a credibilidade e a confiança dos nossos concidadãos.

O caminho faz-se caminhando e, em boa hora, o Governo, com coragem e determinação, iniciou este processo.

Estamos certos de que todos os que desejam e reclamam uma melhor Administração Pública mais livre, mais eficiente, mais transparente e democrática e que acompanhe os melhores modelos europeus não deixarão de apoiar a presente proposta de lei.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O que discutimos hoje, aqui, e já ficou claro no debate, é a opção por se desenvolver, no topo da carreira da Administração Pública, um processo de selecção que permita introduzir transparência e privilegiar o mérito. O sentido é o de qualificar a Administração Pública, ao mesmo tempo que se racionalizam os meios nessa mesma Administração Pública.

Trata-se do caminho certo de um país que, tendo recursos escassos e que são dos contribuintes, aplica os recursos da melhor forma: gastando menos e escolhendo os melhores. É exactamente este o caminho! Podemos discutir, na especialidade, se isto se faz de uma ou de outra forma, mas há um princípio que, para

nós, é essencial: o de mantermos esta transparência e não voltarmos atrás, a critérios partidários, na escolha de quem está na liderança na Administração Pública. É que, mesmo nestes cargos, as pessoas podem ser nomeadas com a introdução de um concurso e não têm de ser nomeadas por mera escolha partidária.

Este é, de facto, um caminho que rompe com a prática do nosso País, é um caminho que rompe com a prática de vários partidos e é, certamente, um caminho que abre uma perspectiva diferente para o País e para a nossa Administração Pública.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Caeiro): — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Quando se fala de nomeações para cargos dirigentes intermédios e superiores da Administração Pública não faltam, quer ao PS, quer ao PSD e ao CDS-PP, anúncios de moralização e declarações no sentido de que é necessário acabar com as nomeações partidárias na Administração Pública.

António Guterres disse «*No jobs for the boys*». Mas, apesar das críticas feitas, normalmente, durante o período eleitoral, depois das eleições, as nomeações continuam nos sucessivos governos, sejam eles do PS ou do PSD, com ou sem o CDS-PP.

Depois, surgem as alterações à lei que seguem a máxima «é preciso que algo mude para que tudo fique na mesma». E as nomeações continuam, porque as alterações à lei nada ou pouco alteram.

Um dos últimos episódios deste «filme» deu-se logo após as eleições de 2005. O Governo PS dizia, com enorme propaganda, que era preciso moralizar a Administração Pública, que a escolha dos dirigentes de topo da Administração Pública não podia depender de nomeação, do cartão partidário, mas, sim, de um concurso que avaliasse, entre aspas, o «mérito» e a «competência». A verdade é que não foi nada disto que aconteceu. A alteração à lei, então proposta pelo PS, criou uma excepção que permitia que mais de 50% dos lugares de topo da Administração fossem escolhidos por nomeação e não por concurso — «olha para o que digo, não olhes para o que faço».

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Essa é que é essa!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Nessa altura, em 2005, dissemos: «Na verdade, quando as excepções previstas abrangem mais de 50% da actividade da Administração Pública, então, a excepção é a regra». E demos como exemplo o que se passava na saúde, e que se mantém actual: «Se se pode compreender a necessidade de haver nomeações para as administrações regionais de saúde, já nada justifica as nomeações para os directores dos hospitais, centros de saúde e respectivas extensões; tal só se pode explicar com a necessidade de saciar o aparelho partidário do PS».

Hoje, é o PSD e o CDS que querem saciar os seus aparelhos partidários. Hoje, é o Governo PSD/CDS que apresenta um diploma que mantém as excepções e os «alçapões» que permitem nomeações para mais de 50% da Administração Pública, e só a «gula» ou a vontade de «chegar ao pote» justificam estas opções.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Assim, a proposta de lei que hoje se discute não é nada mais, nada menos do que uma acção de propaganda que visa criar a ilusão de que o Governo quer alterar as regras de nomeação dos altos cargos dirigentes da Administração Pública.

As palavras do Programa do Governo do PSD, no sentido de que o PSD se comprometia também «a ‘despartidarizar’ o aparelho do Estado» que os Governos do PS levaram ao extremo, as palavras pomposas do Ministro Miguel Relvas, quando afirma que «estamos a escrever uma nova página na função pública», ou mesmo as declarações do actual Primeiro-Ministro, quando diz que não serão escolhidos os «amigos, os colegas ou os parentes» mas, sim, «os mais competentes», já voaram com o vento e não passaram de propaganda para enganar as pessoas.

Na verdade, a proposta de lei que hoje se discute permite nomeações para os cargos de direcção superior e intermédia das Forças Armadas e forças de segurança, para os órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino, para os órgãos de gestão dos estabelecimentos do sector público da saúde, para os cargos no Ministério dos Negócios Estrangeiros, para os institutos públicos e entidades públicas empresariais do Estado. Assim, com esta norma, mais de 50% da actividade da Administração Pública fica sujeita às regras de nomeação e não a concurso, como o Governo quer fazer crer.

Por outro lado, a criação de uma comissão de recrutamento e selecção para a Administração Pública, que apenas acompanha o processo de escolha dos dirigentes superiores, e não intermédios, padece do facto de esta comissão escolher três candidatos e depois ser um membro do Governo a determinar, através de entrevista, quem fica com o lugar de dirigente.

Por fim, não se percebe a ânsia de abrir as portas a candidatos sem vínculo à Administração Pública, quando existem pessoas capazes e competentes para desempenhar as funções dentro dos serviços.

PS, PSD e CDS partilham a ânsia, a sede de chegar ao «pote», mas não é só nas nomeações partidárias, que minam a Administração Pública, que encontramos pontos em comum.

O PS criou o PRACE para destruir e privatizar serviços públicos fundamentais para a população, o PSD seguiu os seus passos com o PREMAC, que tem os exactos e mesmos objectivos; o PS criou o quadro dos supranumerários para despedir, o PSD e o CDS preparam-se para o utilizar intensivamente; o PS cortou nos salários dos trabalhadores da Administração Pública dizendo que eram uns «privilegiados», o PSD e o CDS mantêm os cortes nos salários e preparam um Orçamento do Estado que vai, novamente, penalizar todos os trabalhadores.

Aos trabalhadores da Administração Pública queremos dizer que é possível, necessário e urgente um novo caminho para a Administração Pública, que cumpra a Constituição, que respeite quem trabalha e que preste serviços públicos de qualidade a todos os portugueses. Este caminho exige a luta organizada de todos os trabalhadores para derrotar o pacto de agressão da tróica e dos seus partidos, PS, PSD e CDS-PP. Na linha da frente desse combate, podem contar com o Partido Comunista Português.

*Aplausos do PCP.*

*Entretanto, reassumiu a presidência a Sr.<sup>a</sup> Presidente, Maria da Assunção Esteves.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Ainda para uma intervenção, a concluir o debate, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Pública.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Pública**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: De facto, acompanhei este debate com bastante interesse e, enfim, não posso esconder alguma surpresa com algumas das afirmações que aqui foram feitas.

Na verdade, temos, hoje, uma realidade que se consubstancia basicamente no seguinte: o membro do Governo escolhe, sem qualquer transparência pública, sem qualquer escrutínio público, sem que possa haver uma verificação dos requisitos de perfil e da capacidade para o exercício de uma função da maior importância na Administração Pública. Esta é a realidade que temos.

O que este Governo aqui propõe é que de ora em diante, assim que estejam criadas as condições necessárias, os mais altos cargos da Administração Pública — e, como disse há pouco, é nossa intenção alargar esta metodologia aos institutos públicos e, também, ao sector empresarial do Estado, em moldes semelhantes —, ...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A ver vamos!

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Pública**: — ... sejam escolhidos mediante concursos que sejam publicitados em meios de comunicação de alta divulgação, em portais públicos, no Boletim do Emprego Público, concursos, esses, a que qualquer quadro superior da Administração Pública ou qualquer quadro fora da Administração Pública possa concorrer.

Pretende-se que haja uma comissão que desenvolva procedimentos de selecção, verificando o ajustamento das competências dos candidatos que concorrem a esses concursos, e que, no final, apresente uma lista de três candidatos, todos eles preenchendo os requisitos de perfil definidos no concurso que foi tornado público. Deste modo, o membro do Governo fica condicionado à escolha entre os três candidatos que lhe são apresentados pela comissão — que se quer que seja independente e, exactamente por isso, se propõe que possa ser fiscalizada por uma comissão que funcione junto da Assembleia da República —, que ele não teve oportunidade de identificar e escolher à partida, mas que se sabe, pelos métodos de selecção, que cumprem os requisitos do concurso.

Verifica-se que uma evolução destas não é uma evolução que satisfaça alguns dos partidos que aqui estão presentes. Pela nossa parte, entendemos que esta é uma evolução muito significativa, é uma transformação muito radical naquela que é, hoje, a gestão dos órgãos superiores da Administração Pública e consideramos que se trata de um caminho que deve ser percorrido.

Temos a humildade suficiente para reconhecer que este processo pode ser melhorado, pode ser acrescentado, do ponto de vista das virtualidades, mas trata-se de um passo muito importante, que, por exemplo, o Partido Socialista nunca deu, e reconheceu aqui que nunca o deu por opção política, preferindo fazer nomeações de cariz político.

Este Governo, cumprindo com aquele que é o seu Programa do Governo, propõe concursos e que, de facto, todos os candidatos que venham a ocupar cargos de alta direcção na Administração Pública possam ser sujeitos a provas públicas, possam ser escrutinados por uma comissão independente. O membro do Governo, por seu lado, terá de os escolher de acordo com aqueles que são os requisitos de perfil, os quais são previamente conhecidos.

Relativamente à comissão de fiscalização, gostaria apenas de dizer que, de facto, esta comissão tinha por finalidade e objectivo garantir e credibilizar o mais possível este processo. Entendemos que a comissão de recrutamento e selecção será uma comissão independente, e tanto assim é que os seus membros serão ouvidos na Assembleia da República antes de serem nomeados, mas o que pretendíamos era que a comissão de fiscalização pudesse, de facto, acrescentar confiança neste processo.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Exactamente!

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Pública**: — Se a Assembleia da República considera que ela é prescindível, e respondendo àquilo que o Deputado João Pinho de Almeida aqui sugeriu, o Governo está aberto a discutir a manutenção desta comissão de fiscalização na proposta de lei.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, terminámos o debate, na generalidade, da proposta de lei n.º 15/XII (1.<sup>a</sup>).

Passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, que consiste na apreciação, na generalidade, da proposta de lei n.º 23/XII (1.<sup>a</sup>) — Regula os requisitos de tratamento de dados pessoais para constituição de ficheiros de âmbito nacional, contendo dados de saúde, com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde.

Para apresentar a proposta de lei, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Saúde.

O Sr. **Secretário de Estado da Saúde** (Manuel Ferreira Teixeira): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados: A proposta de lei n.º 23/XII (1.<sup>a</sup>), que o Governo apresentou à Assembleia da República, visa regular os requisitos de tratamento de dados pessoais na criação de ficheiros de âmbito nacional, no quadro do Serviço Nacional de Saúde. Trata-se, assim, de questões ligadas a sistemas de informação, em sentido estrito.

Penso que estamos todos de acordo que os sistemas de saúde são os que pertencem às categorias de maior complexidade. Em sistemas deste tipo, a informação é a variável-chave em termos de regulação e da possibilidade de acréscimos de eficiência aos sistemas.

Neste sentido, penso que também estamos todos de acordo que a garantia da qualidade e da sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde reside, em boa medida, num melhor tratamento e acesso de informação.

O tratamento de informação e o controlo de gestão são temas actuais e futuros. Estamos, contudo, muito conscientes de que a utilização de sistemas de informação pressupõe, igualmente, riscos.

A capacidade de recolha e tratamento de dados pessoais, potenciada pelos actuais meios informáticos, exige sistemas de protecção eficazes, por forma a prevenir a intrusão e utilização ilegítima e atentatória dos direitos e garantias dos cidadãos.

É corolário desta matéria a compatibilização da protecção dos direitos fundamentais de carácter privado com os interesses colectivos e públicos.

É neste contexto que apresentamos a esta Assembleia uma proposta de lei que equaciona a protecção desses interesses, visando, em simultâneo, a implementação de eficazes sistemas de informação na área da saúde, que possibilitem uma gestão mais eficaz dos recursos disponíveis, que, como bem sabemos, são escassos, mas circunscrevendo o funcionamento e a utilização desses sistemas a um quadro restrito, em que se assegure e garanta a protecção dos direitos dos cidadãos.

A redacção desta proposta de lei corresponde a uma preocupação de regulação já tratada e manifestada pela Comissão Nacional de Protecção de Dados no sentido de ser estabelecido um enquadramento legal específico que assegure condições de legalidade para as bases de dados de âmbito nacional relativas a identificação nacional dos utentes do SNS, gestão e controlo dos pagamentos e facturação a realizar no âmbito do Serviço Nacional de Saúde relativos à prestação de saúde e a actos associados, avaliação de desempenho e financiamento dos estabelecimentos de saúde.

Penso que posso dizer, em síntese, que a criação de qualquer uma das bases de dados previstas e respectivas condições de tratamento estão sujeitas à autorização da Comissão Nacional de Protecção de Dados.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Mais ou menos!

O Sr. **Secretário de Estado da Saúde**: — Trata-se de introduzir mecanismos de melhor gestão e controle dos encargos do Serviço Nacional da Saúde.

Penso que também posso afirmar, em síntese, que a proposta de lei assegura as garantias aos cidadãos quanto à informação que pode ser tratada e em que condições, para evitar a violação de direitos fundamentais.

Reafirmo, em conclusão, que pensamos que a presente proposta de lei é equilibrada e consagra expressamente todos os princípios relativos à privacidade dos utentes e à confidencialidade dos dados.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados: Gostaria de deixar claro, para que todos fiquem a perceber o que aqui estamos a discutir, que aquilo que o Governo propõe hoje é dotar o Serviço Nacional de Saúde de bases de dados que qualquer seguradora que intervenha na área da saúde já dispõe. São bases de dados que relacionam dados pessoais com informação de saúde. Isto já existe no nosso País.

Não queria deixar de dizer, para ser muito claro, que o que estamos hoje aqui a discutir é o instrumento informático que o PSD e o CDS precisam, enquanto Governo, para a metamorfose que querem fazer no Serviço Nacional de Saúde: um Serviço Nacional de Saúde que deixe de reger-se pelos princípios constitucionais para passar a reger-se pelos princípios do negócio segurador no ramo da doença. Isto é claro!

Não está claro para o Bloco de Esquerda que a finalidade apontada pelo Governo, a de combater a fraude e evitar pagamentos indevidos, justifique e necessite destas bases de dados, porque não estamos a falar da grande fraude. Grande fraude há no hospital de Braga; grande fraude houve no hospital Amadora Sintra; grande fraude há organizada e promovida por grupos de delinquentes, criminosos, que exploram certas



ineficiências dos sistemas de prestação e de pagamento, por exemplo, na área dos medicamentos. Mas isso não é um problema do Ministério da Saúde, é uma questão da Polícia Judiciária.

O SNS e o Estado dispõem, hoje, dos mecanismos necessários para combater a fraude e mesmo para a base de dados que pretende gerir os pagamentos, todos nós sabemos que esses instrumentos já existem.

Então, para que são precisas estas bases de dados? Do nosso ponto de vista — o que não está na explicação de motivos —, o Governo precisa delas porque pretende, mais à frente, fazer duas coisas para as quais actualmente não há tecnologia de informação que o permita.

A primeira é cadastrar, fazer o cadastro clínico de cada utente do Serviço Nacional de Saúde para um dia mais tarde poder limitar as prestações que cada um pode obter do Serviço Nacional de Saúde em função de um *plafond* de pagamento — ou de custo, se quiserem — que, entretanto, atingiu, exactamente como nas seguradoras. É esta a lógica.

A segunda é diferenciar, ainda mais à frente, o que cada um paga pelos cuidados que obtém no Serviço Nacional de Saúde.

Consideramos que estas duas bases de dados já não têm só o problema do risco que qualquer base de dados com este gigantismo tem sempre, pois é muito difícil garantir a privacidade e a confidencialidade de bases de dados destas. Elas são muito apetecíveis para a indústria, para a investigação científica, para os estudos do mercado do medicamento, para o estudo do mercado da saúde e até mesmo do ponto de vista individual e particular.

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente António Filipe.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira concluir, por favor.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Estou a concluir, Sr. Presidente.

Dizia eu que as bases de dados são muito apetecíveis. Mas já nem falo desses riscos, porque admito que esses riscos poderão ser diminuídos se esta proposta for aperfeiçoada.

Contudo, é preciso termos em conta que o que aqui, hoje, estamos a discutir não é para resolver nenhum problema hoje, é para resolver as dificuldades que este Governo terá quando quiser subverter as regras e os princípios por que hoje se conduz o Serviço Nacional de Saúde.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Belém Roseira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados: O Governo apresentou, nesta Assembleia da República, a proposta de lei que o Sr. Secretário de Estado da Saúde acabou de descrever com o objecto de regulação dos requisitos de tratamento de dados pessoais para a constituição de ficheiros de âmbito nacional, contendo dados da saúde com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde.

Esta proposta de lei foi objecto de pareceres da Comissão Nacional de Protecção de Dados e desceu às 1.<sup>a</sup> e 9.<sup>a</sup> Comissões para relatório e discussão, o que foi realizado.

Enquanto relatora, no âmbito da 1.<sup>a</sup> Comissão, tive oportunidade de apontar as insuficiências de que, a meu ver, a proposta padecia, insuficiências, essas, que poderiam ser colmatáveis com um delicado e atento trabalho na especialidade.

Optei também por emitir a minha opinião pessoal, enquanto relatora — o que não é regimentalmente imposto —, para que ficasse expresso e claro que sou favorável ao tratamento de dados no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, como instrumento indispensável ao serviço do controlo de gestão e de uma gestão eficiente e eficaz dos seus recursos, porque, sendo estes escassos e estando ao serviço do primeiro de todos os bens, a vida e a saúde, a eficiência da sua gestão constitui um imperativo ético.

Um ficheiro de dados desta natureza contém necessariamente dados pessoais. Mas os dados de saúde, não deixando de ser dados privados e pessoais, são, para além disso, dados sensíveis, o que justifica que sejam objecto de uma abordagem especialmente cautelosa.

Toda esta matéria está cuidadosamente regulada em instrumentos jurídicos de natureza internacional vertidos na nossa ordem interna, como convenções do Conselho da Europa, directivas da União Europeia e Carta dos Direitos Fundamentais, e tem ainda respaldo constitucional, leis aplicáveis detalhadas e uma doutrina abundante, à qual me referi no relatório que apresentei, onde citei, designadamente, o nosso Colega Deputado Paulo Mota Pinto, enquanto Professor de Direito. Existe, para além disso, uma jurisprudência detalhada e valiosa.

Relevam neste domínio, designadamente, os princípios da intervenção mínima, da proporcionalidade, do consentimento, da adequação, da precaução e da prevenção, bem como o da aferição da concreta finalidade. Este último aspecto merece uma afinação clara que permita conciliar, de forma inequívoca, o instrumento com os objectivos a atingir.

Por sua vez, o sistema em si deverá conjugar simplicidade, flexibilidade, qualidade das redes, sensibilidade, estabilidade, temporalidade e idoneidade da informação e adequada protecção e segurança, entre outros.

Daqui decorre a indispensabilidade de um acurado trabalho na especialidade, que consagre o respeito pelos princípios e pelos atributos do sistema para que fique assegurada a prossecução correcta dos objectivos que o tratamento de dados visa alcançar. Se o fizermos, e estou certa disso, estaremos a servir bem o SNS, a colocar o cidadão no seu centro e a salvaguardar bem os seus direitos fundamentais, como é bem o nosso dever.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A presente proposta de lei suscita-nos dúvidas de duas ordens de razões.

A primeira dúvida é em relação ao uso de mecanismos que têm a ver com a invasão da vida privada das pessoas, sobre os quais deve haver a máxima cautela e uma utilização muito parcimoniosa, porque o uso destes mecanismos, ainda por cima numa área especialmente delicada como é a da saúde, tem exigências que impõem que a sua utilização seja feita quando não há outro mecanismo para atingir um determinado fim e quando esse fim justifica a utilização destes meios.

Ora, aquilo que o Governo apresenta nesta proposta de lei tem alguma gravidade, porque se trata de um enorme risco. Trata-se de constituir bases nacionais com informação de saúde, que tanto quanto parece serão permanentes — facto que é assinalado no último parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados, que não é exactamente aquilo que o Sr. Secretário de Estado da Saúde disse em relação à proposta de lei. Isso leva a que possa ser constituída uma base com toda esta informação, que, em determinadas circunstâncias, poderá ser apropriada na sua informação por entidades externas, que a usarão de forma muito perversa e perniciosa.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Mas poderá como?!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Basta pensarmos em seguradoras, em entidades empregadoras, e tudo o mais.

Quando legislamos sobre bases de dados desta gravidade, temos que o fazer não em função do que se deseja seja o funcionamento normal, em que evidentemente se supõe que nenhuma entidade externa vai ter acesso a estes dados, mas pensando que as coisas podem correr mal.

Em matéria de protecção de dados, o princípio tem que ser de precaução acrescida e tem que se olhar para as situações em concreto presumindo que podem correr mal, porque isso é que garante a protecção das

peçoas. E a existência de uma base de dados nacional com informação de saúde é um risco muito grande para a privacidade dos cidadãos portugueses numa matéria tão delicada como esta.

Há, depois, todos os outros riscos, que são evidenciados em vários pareceres, como os riscos para a saúde pública, o temor que algumas pessoas poderão ter de declarar as situações de saúde e o facto de se poderem afastar dos serviços públicos para evitarem serem «fichadas» numa lista deste tipo. Há ainda questões relativas a quem tem acesso a estes registos.

Mas é preciso dizer que a nossa discordância também vai noutro sentido: é que os fins para que o Governo quer estas bases de dados não são positivos. Evidencia-se pela proposta de lei que a intenção é a de «preparar o terreno» para encontrar formas eficazes de cobrar mais dinheiro aos utentes do SNS. E, se não estamos de acordo com esta proposta porque é arriscada, muito menos estamos de acordo com ela tendo em conta os fins que visa prosseguir e que estão mal disfarçados no texto da proposta de lei que nos é apresentada.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quanto a esta matéria, vou tentar ver onde é que encontramos um consenso, porque ele existe certamente, se estivermos de boa-fé.

Por um lado, existe o consenso das virtudes das tecnologias de informação para a utilização, a monitorização, a organização e o escrutínio da actividade pública, e já temos várias informações com grandes virtudes para evitar a fraude e a evasão fiscais e contributiva quer no âmbito da administração fiscal quer no âmbito da segurança social.

Por outro lado, também há consenso quanto à sensibilidade desta matéria. É evidente que a sensibilidade da informação relativa a dados pessoais relacionados com a saúde de cada cidadão tem que ser objecto de um tratamento muito específico e muitíssimo cauteloso.

Contudo, Sr. Deputado João Semedo, penso que hoje estamos a tentar encontrar o enquadramento que é necessário, porque convirá que pior do que a regulação é a ausência de enquadramento. E, como o Sr. Deputado sabe, já existem muitos ficheiros, muitas bases de dados, às quais, aliás, o Sr. Deputado se referiu, com falta de enquadramento, nomeadamente o Registo Nacional de Utentes (RNU), a base de dados para o Centro de Conferência de Facturas do SNS... Trata-se, pois, de fazer uma centralização e criar um enquadramento legal.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Outro aspecto que me parece muito preocupante abordado nas intervenções dos Srs. Deputados Bernardino Soares e João Semedo é acharem que, perante a dificuldade ou a sensibilidade do problema, o melhor é ficarmos paralisados. Ora, a paralisia é o pior que há! Mas, pior ainda do que essa paralisia, Srs. Deputados, é a vontade de os senhores fazerem aqui futurologia, ainda por cima em relação a objectivos ocultos que os senhores pretendem atribuir ao Governo e que, pela parte do CDS, rejeitamos com toda a veemência!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Cá estaremos para ver!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Essa vossa opção pela paralisia por causa de supostas opções já tinha vindo a lume. Lembra-se quando? Foi quando o CDS apresentou uma proposta — que vai voltar a apresentar, apesar de já ser parte do Programa do Governo — sobre as facturas virtuais, para que os utentes saibam quanto é que o Estado despende com os cuidados de saúde que lhes atribui,...

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — ... que são tendencialmente gratuitos no momento da utilização, mas que custam muitíssimo dinheiro ao erário público.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Já na altura o Sr. Deputado disse: «Não, não, não! Esse é um primeiro passo para o plafonamento».

Sr. Deputado, «nas costas dos outros, vemos as nossas». Não vejo, nem na intenção do CDS nem na do Governo, esse «plafonamento».

Pergunto-lhe: quem tem medo da informação? Quem tem medo da transparência? Quem tem medo da monitorização? Quem tem medo da avaliação?

*Protestos do BE.*

São os senhores. Os senhores é que têm medo da transparência. E tentam diabolizar essa transparência através de *soundbytes* como o *big brother* e com futurologia obscura.

O Sr. **João Semedo** (BE): — É tudo menos transparente!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — A verdade, Sr. Deputado João Semedo, é que já existem ficheiros.

E deixe-me referir-lhe outros problemas na vossa atitude. Um deles reside em que a sensibilidade nos deve paralisar. Outro, são essas intenções obscuras de «plafonamento». Mas um outro problema é o de que, perante o perigo de extravio ou de utilização abusiva desses dados, que têm um objectivo virtuoso até para os utentes, os senhores optam por não regulamentar e não legislar. Os senhores estão a falar é de casos de polícia! Se houver venda — e sabemos que existe, sabemos que esses ficheiros são apetecíveis, pois com certeza que são —, esse é um caso de fiscalização! Mas não passa pela cabeça de ninguém deixar de regulamentar e de legislar sobre aspectos que são fundamentais para o funcionamento da nossa administração e da administração da saúde com medo da violação dessa lei!

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

Então, não se legislava, Sr. Deputado!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, queira concluir, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Vou concluir, imediatamente, Sr. Presidente.

Como eu estava a dizer, então não se legislava! Então, não sei para que existe um órgão de soberania com poderes legislativos! Por isso é que existe legislação e cominação legal. E para isso estaremos cá para, com abertura, em sede de especialidade, e visto que há uma questão que foi levantada relativamente ao n.º 5 do artigo 6.º, tentarmos ultrapassar estas questões que possam levantar.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Veremos, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Mas recusamos e repudiamos, com toda a veemência, as intenções que os senhores nos tentam imputar.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **João Semedo** (BE): — O futuro o dirá!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vales.

O Sr. **Luís Vales** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Governo apresentou à Assembleia da República uma proposta de lei que pretende regular os requisitos de tratamento de dados pessoais para constituição de ficheiros de âmbito nacional contendo dados de saúde com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde.

Não se trata, propriamente, de um diploma inovador no seu conteúdo. Pelo contrário, apenas pretende enquadrar e disciplinar as condições em que o tratamento se processa no âmbito do SNS, pondo fim a práticas que, por ausência de base legal, podiam, elas sim, suscitar dúvidas quanto ao seu cabimento.

O que está em causa não é, portanto, o que alguns querem fazer crer. Não é um qualquer *big brother* para vigiar ou para se imiscuir na esfera da vida privada dos utentes do Serviço Nacional de Saúde. Não Srs. Deputados, isso seria inaceitável para o PSD!

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Vales** (PSD): — O que, de facto, está em causa com a aprovação desta lei é a criação legal de um sistema de informação rigoroso e criterioso que controle correctamente a despesa e a própria utilização dos recursos disponíveis no âmbito do SNS. É um sistema de que qualquer organização tem de dispor para funcionar de forma adequada e eficiente. E não me parece que algum partido político aqui representado possa discordar disso.

Aqueles que o têm feito, em vez de se esconderem sob falaciosas quimeras que apenas existem na sua imaginação ou, então, que vêem demasiados *reality shows*, deverão assumir as suas posições com frontalidade, dizendo, claramente, que o controlo nas prescrições e nos pagamentos não assumem qualquer relevo na gestão do SNS.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Vales** (PSD): — Mas, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: As bases de dados, a constituir ao abrigo da presente lei, têm três finalidades essenciais: uma primeira, de organização, uniformização e actualização da informação relativa à identificação nacional do utente do SNS; uma segunda, dirigida à gestão e controlo dos pagamentos e facturação, a realizar relativamente às prestações de saúde e actos associados, incluindo comparticipação e dispensa de medicamentos, que visa a obtenção de ganhos de eficiência, evitar a duplicação de exames, ou seja, de um modo geral, combater os tão falados desperdícios. Uma terceira finalidade destina-se a melhorar a avaliação de desempenho e do próprio financiamento dos estabelecimentos de saúde.

Uma palavra final para dizer que esta proposta de lei foi, oportunamente, submetida à apreciação da Comissão Nacional de Protecção de Dados, há muito preocupada com o vazio legal que a mesma vem preencher, tendo merecido o seu parecer favorável.

É certo que, ontem mesmo, a referida Comissão entendeu remeter um terceiro parecer sobre a referida proposta, o qual merecerá, em sede de especialidade, a devida ponderação, esclarecendo-se quaisquer dúvidas pertinentes que sobre a mesma, porventura, possam subsistir.

Os únicos limites que o PSD coloca nessa discussão são a protecção dos direitos fundamentais dos cidadãos, da qual nunca abdicaremos, bem como os objectivos de rigor, de transparência administrativa e de combate à fraude e ao desperdício, uma vez que os mesmos são um imperativo ético, mas mesmo uma imposição patriótica.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a Mesa não regista mais pedidos de palavra, pelo que declaro encerrado o debate, na generalidade, da proposta de lei n.º 23/XII (1.<sup>a</sup>), que será votada amanhã, no período de votações regimentais.

Recordo ainda a Câmara de que, amanhã, haverá eleições para órgãos externos à Assembleia da República e que a nossa sessão plenária se realizará às 10 horas, tendo como ordem do dia o debate quinzenal com o Sr. Primeiro-Ministro, seguindo-se as votações regimentais às 12 horas.

Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos.

Está encerrada a sessão.

*Eram 18 horas e 15 minutos.*

*Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:*

Partido Social Democrata (PSD)

João Bosco Soares Mota Amaral

Partido Popular (CDS-PP)

José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro

*Deputados que faltaram à sessão:*

Partido Social Democrata (PSD)

Carlos Alberto Silva Gonçalves

Luís Manuel Morais Leite Ramos

Partido Socialista (PS)

João Barroso Soares

Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.